



GLOSSÁRIO

Abertura de Firma

O processo de abertura de uma firma passa por uma série de passos a serem cumpridos, para uma rápida obtenção de toda documentação necessária para operar. Após o registro do Contrato Social e obtenção do CNPJ, seguem-se os registros na Secretaria da Fazenda do Estado quando existam operações comerciais, e na Prefeitura Municipal da sede do estabelecimento, bem como de filiais se estas existirem.

Abertura de firma Rio de Janeiro – RJ

O processo de abertura de uma firma no município do Rio de Janeiro, prever os procedimentos normais de uma legalização, destacando porem que haverá o pagamento da taxa de licenciamento e além de outros documentos referente a licença ambiental

Abertura empresa

O processo de abertura de uma empresa passa por uma série de passos a serem cumpridos, para uma rápida obtenção de toda documentação necessária para operar. Após o registro do Contrato Social e obtenção do CNPJ, seguem-se os registros na Secretaria da Fazenda do Estado quando existam operações comerciais, e na Prefeitura Municipal da sede do estabelecimento, bem como de filiais se estas existirem.

Abertura empresa de Capital Estrangeiro

Abertura de uma empresa que traz divisas de outro país através de um sócio estrangeiro.

Abertura empresa Rio de Janeiro – RJ

O processo de abertura de uma empresa no município do Rio de Janeiro, prever os procedimentos normais de uma legalização, destacando porem que haverá o pagamento da taxa de licenciamento e além de outros documentos referente à licença ambiental.

Abertura sociedade

O processo de abertura de uma sociedade passa por uma série de passos a serem cumpridos, para uma rápida obtenção de toda documentação necessária para operar. Após o registro do Contrato Social e obtenção do CNPJ, seguem-se os registros na Secretaria da Fazenda do Estado quando existam operações comerciais, e na Prefeitura Municipal da sede do estabelecimento, bem como de filiais se estas existirem.

Abertura sociedade Rio de Janeiro – RJ

O processo de abertura de uma empresa no município do Rio de Janeiro prevê os procedimentos normais de uma legalização, destacando porem que haverá o pagamento da taxa de licenciamento e além de outros documentos referente à licença ambiental.

Ação

Título de propriedade de uma fração do capital de uma sociedade. As ações podem ser ordinárias, com direito a voto, e as preferenciais, com direito a receber dividendos preferencialmente. São sempre nominativas.

Ação Nominativa

Ação cuja cautela é nominal ao seu proprietário.

Ação Ordinária

Permite o direito de eleger a diretoria (conselho) da empresa que o emitiu. No entanto, quando ocorre uma distribuição de dividendos da empresa, os proprietários de ações ordinárias só receberão os mesmos depois que os proprietários de ações preferenciais tenham recebido o seu percentual fixo.

Ação Preferencial

O proprietário deste papel tem o direito de receber um percentual fixo dos lucros, antes de distribuídos os dividendos da empresa, no entanto não possuem direito de voto na eleição da diretoria.

Ágio

Importância que o comprador paga a mais sobre o valor nominal de um bem ou título. Pode ser expresso em reais ou em percentual.

Alavancagem

Mede o financiamento originário de terceiros comparados com recursos dos cotistas/acionistas. Se os acionistas contribuíram com apenas uma pequena parte do financiamento total, os riscos da empresa recaem principalmente nos credores. Assim, o risco é desproporcional ao retorno. Para o banco o retorno é fixo (juros) e para a empresa é variável (lucros). Basicamente, a relação é recursos de terceiros por recursos próprios, ou quantos reais de terceiros se tem para R\$ 1,00 próprio. Pelo lado da empresa, através do levantamento de recursos por meio de empréstimos, os cotistas/acionistas mantêm o controle da empresa com um menor investimento.

Alavancagem Total

Comprometimento dos recursos próprios, com dívidas a curto e longo prazo com capital de terceiros, dividido pelo Patrimônio Líquido.

Alocação de Ativos

Processo de dividir os recursos captados pela empresa, demonstrado no seu Passivo, em classes diferentes, tais como: Ativo Fixo ou Permanente, Caixa, Bancos, Estoque, Contas a Receber Adiantamento a Fornecedores, Despesas Antecipadas e outros.

Alteração contratual

Procedimento pelo qual a sociedade altera cláusulas do contrato social, tais como: alteração do quadro societário, alteração do objeto social; aumento ou redução de capital social; alteração da administração e outros. É obrigatório o arquivamento do documento na Junta Comercial ou RCPJ.

AMEX (American Stock Exchange)

A segunda maior bolsa de valores nos Estados Unidos (a primeira é a Bolsa de Nova York), transacionando cerca de 10 % de todas as ações negociadas no país.

Amortização

Representa a conta que registra a diminuição do valor dos bens intangíveis registrados no ativo permanente, é a perda de valor de capital aplicado na aquisição de direitos de propriedade industrial ou comercial e quaisquer outros, com existência ou exercício de duração limitada.

Amortizações

Pagamentos do Principal de dívidas contraídas pela empresa junto a bancos ou instituições financeiras.

Análise Econômica-Financeira

Análise, comparação e interpretação das Demonstrações Contábeis. É a decomposição dos demonstrativos financeiros em elementos mais facilmente entendíveis, para por meios de índices e valores, possa se avaliar a situação de risco da empresa.

ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento)

Entidade formada por várias instituições financeiras com sede no Rio de Janeiro.

Ano Fiscal

São 12 meses designados pela empresa como seu contábil, que uma vez estabelecido raramente é modificado. No Brasil, o período mais comum vai de janeiro a dezembro.

Arquivamento de alteração contratual

Procedimento pelo qual a sociedade altera cláusulas do contrato social, tais como: alteração do quadro societário, alteração do objeto social; aumento ou redução de capital social; alteração da administração e outros. É obrigatório o arquivamento do documento na Junta Comercial ou RCPJ

Assessoria a empresa de capital estrangeiro

Ato de prestar serviço de assessoria contábil, relacionado a empresas de capital estrangeiro.

Assessoria contábil

Ato de prestar serviço de assessoria contábil, com o processamento de todas as operações realizadas pela empresa.

Assessoria contábil sindicato

Ato de prestar serviço de assessoria contábil, como apoio direto as Diretorias e Conselhos Fiscais dos Sindicatos.

Assessoria contábil terceiro setor

Ato de prestar serviço de assessoria contábil, relacionado a empresas do terceiro setor.

Assessoria contabilidade

Ato de prestar serviço de assessoria contábil, com o processamento de todas as operações realizadas pela empresa.

Assessoria contabilidade ONG

Ato de prestar serviços de assessoria contábil, relacionado à ONG.

Assessoria contabilidade sindicato

Ato de prestar serviço de assessoria contábil, como apoio direto as Diretorias e Conselhos Fiscais dos Sindicatos.

Assessoria contabilidade terceiro setor

Ato de prestar serviço de assessoria contábil, relacionado a empresas do terceiro setor.

Assessoria de contabilidade

Ato de prestar serviço de assessoria de contabilidade, com o processamento de todas as operações realizadas pela empresa.

Assessoria empresarial

Serviço que ajuda as empresas a obterem melhorias no seu desempenho, lucratividade e competitividade.

Assessoria fiscal

Orientação quanto à forma correta de preenchimento de notas fiscais, bem como todos os procedimentos fiscais, conferência e classificação.

Assessoria trabalhista

Ato de prestar serviços de assessoria nas operações praticadas pelo cliente e indicam quais são seus reflexos trabalhistas e previdenciários.

Assessoria tributária

Ato de prestar serviços de planejamento tributário com vistas a reduzir a carga de impostos.

Assessoria tributária

Planejamento tributário com vistas a reduzir a carga de impostos.

Ativo

São todos os bens, direitos e valores a receber de uma entidade. Contas do ativo têm saldos devedores, à exceção das contas retificadoras (como depreciação acumulada e provisões para ajuste ao valor de mercado).

Ativo Circulante

Dinheiro em caixa ou em bancos; bens, direitos e valores a receber no prazo máximo de um ano, ou seja, realizável em curto prazo, (duplicatas, estoques de mercadorias produzidas, etc.); aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.

Ativo diferido

Subgrupo de contas do Permanente que evidenciam os recursos aplicados na realização de despesas que, por contribuírem para a formação do resultado de mais de um exercício social futuro, somente são apropriadas às contas de resultado à medida e na proporção em que essa contribuição influencia a geração do resultado de cada exercício.

Ativo permanente

Grupo de contas que englobam recursos aplicados em todos os bens ou direitos de permanência duradoura, destinados ao funcionamento normal da sociedade e do seu empreendimento, assim como os direitos exercidos com essa finalidade. O ativo permanente é composto de 3 subgrupos: Investimentos, Imobilizado e Diferido.

Ativos

Tudo o que acrescenta valor à empresa: dinheiro no banco, contas a receber, propriedades, equipamentos, ações, títulos, etc.

Auditoria

Confirmação dos registros e demonstrações contábeis, obtidos através do exame de todos os documentos, livros e registros. Os auditores emitem uma opinião de sua precisão, consistência e conformidade com os padrões contábeis estabelecidos.

Aval

Ato pelo qual uma terceira pessoa, distinta do devedor, do banco e dos endossantes, garante o pagamento de um título na data de seu vencimento. O FAMPE dá aval para as micros e pequenas empresas.

BACEN

Banco Central do Brasil.

BACEN – Banco Central do Brasil

O Banco Central do Brasil foi criado em 1964, para atuar como órgão executivo central do sistema financeiro nacional. Suas principais atribuições são :

- (1) Emitir papel moeda e moeda metálica;
- (2) Executar compra e venda de Títulos Federais (através de operações de Open Market) tanto para executar Política Monetária como para o próprio financiamento do Tesouro Nacional;
- (3) Receber depósitos compulsórios e voluntários do sistema bancário, assim como realizar operações de redesconto e outros tipos de empréstimos às instituições financeiras.
- (4) Ser o depositário das Reservas Internacionais do País.
- (5) Autorizar o funcionamento, fiscalizar e aplicar as penalidades previstas a instituições financeiras. Todas essas atividades do Banco Central, no Brasil, são reguladas pelo CMN (Conselho Monetário Nacional).

Balança Comercial

Registra os valores FOB das exportações e o valor das importações. Se o valor das exportações superar os das importações, a balança comercial apresenta um superávit. Se acontecer o contrário teremos um déficit.

Balanço

É um quadro (mapa, gráfico, etc.) onde é demonstrada a situação econômica/financeira da empresa na data a que o balanço diz respeito. O balanço avalia a riqueza, isto é, o valor da empresa, mas não demonstra o seu resultado, apenas o apresenta em valor total, sendo a sua demonstração feita num outro documento chamado demonstração de resultados. O balanço é composto por duas partes, que se encontram sempre em equilíbrio. O Ativo é igual ao Passivo mais o Patrimônio Líquido.

Balanço de Pagamentos

O Balanço de Pagamentos é o resumo, expresso em unidades monetárias (US\$), das transações ocorridas entre o país e o resto do mundo. Ele apresenta duas grandes contas: o saldo em transações correntes, que se refere às transações de bens e serviços realizadas pelos brasileiros com o exterior; e, o saldo de capitais que reflete o fluxo de moedas entre o país e o resto do mundo. A estrutura do Balanço de Pagamentos é a seguinte:

1. Saldo da Balança Comercial
2. Saldo do Balanço de Serviços (que engloba pagamento de juros ao exterior, fretes, dólares gastos em turismo, etc)
3. Transferências unilaterais (que envolve transferências de pessoas/instituições entre o Brasil e outros países, sem contrapartida, ou seja, sem a necessidade de pagamento posterior)
4. Saldo em transações correntes (que equivale a 1+2+3)
5. Conta de Capital
6. Erros e Omissões
7. Resultado (que equivale a 4+5+6, e reflete a variação das Reservas Cambiais)

Balanço patrimonial

É o que evidencia a situação patrimonial da empresa em determinada data. O balanço lista ativos, passivos e produz o seu patrimônio: o valor líquido da sua empresa (baixe um Balanço patrimonial de amostra).

Banco Central do Brasil

Autarquia federal criada com a finalidade de ser o regulador das políticas monetária e creditícia do Governo, administrar as reservas internacionais e fiscalizar o Sistema Financeiro Nacional.

Bancos (Contábil)

São valores que a empresa tem nos estabelecimentos bancários.

Base Monetária

A base monetária corresponde à criação primária de moeda (pelo Banco Central). Ela é divulgada em dois conceitos pelo Banco Central do Brasil: num conceito mais restrito, por convenção, corresponde ao total de papel-moeda em circulação somado às reservas bancárias, e, num mais amplo, corresponde ao total da base restrita, mais os depósitos compulsórios em espécie e títulos federais (tanto do BACEN, quanto do Tesouro) fora do Banco Central.

Bens

Tudo que pode ser avaliado economicamente e que satisfaça necessidades humanas.

Bens de Capital (ou Produção)

São os bens que servem para a produção de outros bens, tais como máquinas, equipamentos, material de transporte e construção.

Bens de consumo

(não duráveis ou que são gastos ou consumidos no processo produtivo) depois de consumidos, representam despesas, tais como: combustíveis e lubrificantes, material de escritório, material de limpeza etc.

Bens de renda

Não destinados aos objetivos da empresa (imóveis destinados à renda ou aluguel).

Bens e Serviços

Elementos constitutivos da produção e da atividade econômica.

Bens Fixos ou imobilizados

(representam os bens duráveis, com vida útil superior a 1 ano) – imóveis, veículos, máquinas, instalações, equipamentos, móveis e utensílios.

Bens intangíveis

Não possuem existência física, porém, representam uma aplicação de capital indispensável aos objetivos, como marcas e patentes, formulas ou processos de fabricação, direitos autorais, autorizações ou concessões, ponto comercial, fundo de comércio, benfeitorias em prédios de terceiros, pesquisa e desenvolvimento de produtos, custo de projetos técnicos, despesas pré-operacionais, pré-industriais, de organização, reorganização, reestruturação ou remodelação de empresas.

Bens Intermediários

São aqueles bens que são absorvidos na produção de outros, como o açúcar nas balas, os componentes na televisão, etc.

BID

Banco Interamericano de Desenvolvimento. É uma instituição financeira internacional, com sede em Washington-EUA, voltada para o auxílio financeiro e o desenvolvimento de países emergentes.

Blue-Chips

Termo utilizado nas Bolsas de Valores para designar as ações mais negociadas, as mais valorizadas pelo público. No Brasil, podemos citar as ações da Telebrás, Petrobrás e Eletrobrás.

BMF

Bolsa de Mercadorias e Futuros.

BNDES

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. É uma empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que tem como objetivo financiar em longo prazo os empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país. Responsável pela execução de sua política de crédito de longo prazo. Tem linhas de crédito e taxas especiais para as micro e pequenas empresas. Para estas opera através de agentes ou Instituições Financeiras credenciadas. Objetiva o fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e desenvolvimento do mercado de capitais, a comercialização de máquinas e equipamentos e o financiamento à exportação.

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) é a principal instituição financeira de fomento no Brasil. Criado na década de 50 tem como objetivo impulsionar o desenvolvimento econômico do país – estimulando, via financiamento, com taxas de juros e prazos de especiais, as atividades agrícola, industrial e de serviços.

Bolsa de Mercadorias

Mercado centralizado para transações com mercadorias, sobretudo os produtos primários de maior importância no comércio internacional e interno, como café, açúcar, algodão, cereais, etc. Realizando negócios tanto com estoques existentes quanto com mercados futuros, as bolsas de mercadorias exercem papel estabilizador no mercado, minimizando as variações de preço provocadas pelas flutuações de procura e reduzindo os riscos dos comerciantes.

Bolsa de Mercadorias e Futuros

É uma associação de membros deste mercado para efetuar o registro, a compensação e a liquidação, física e financeira, das operações realizadas em pregão ou em sistema eletrônico, bem como desenvolver, organizar e operacionalizar mercados livres e transparentes, para negociação de títulos e/ou contratos que possuam como referência ativos financeiros, índices, indicadores, taxas, mercadorias e moedas, nas modalidades a vista e de liquidação futura.

Bolsa de Valores

Associação civil sem fins lucrativos, cujos objetivos básicos são: manter local ou sistema de negociação eletrônico adequados à realização, entre seus membros, de transações de compra e venda de títulos e valores mobiliários; preservar elevados padrões éticos de negociação; e divulgar as operações executadas com rapidez, amplitude e detalhes. Local onde se negociam títulos emitidos por empresas privadas ou estatais. O título dá ao portador o direito de propriedade sobre uma quantia em dinheiro, pela qual responde o emissor do documento. Tais operações servem para as empresas captarem recursos dos quais não dispõem.

Bolsa de Valores de Nova York

A maior e mais importante bolsa de valores do Mundo. Também conhecida como Big Board, de onde é apurado o índice Dow-Jones que é composto por 30 empresas.

Bom contador

Identifica soluções legais que permitam reduzir os custos fiscais e gerenciais da sua empresa.

Break Even Point

Igual a Ponto de Equilíbrio.

Caderneta De Poupança

Forma de investimento que oferece remuneração mensal, em juros e correção monetária, para os estoques monetários ali depositados. É garantida pelo Governo Federal.

Caixa (Contábil)

Valores que a empresa tem em seus locais, isto é, dentro de casa. Veja Caixas e Bancos.

Caixas e Bancos

Valores que a empresa tem tanto em Caixa como em Bancos.

Câmara de Compensação

Organização que reúne vários bancos de uma localidade com o objetivo de liquidar os débitos entre eles, compensando todos os cheques emitidos contra cada um dos seus membros mas apresentados para cobrança em qualquer um dos outros.

Câmbio Comercial

Cotação do dólar usada para o fechamento dos contratos de exportação e importação. O câmbio comercial também registra as operações de empréstimos de empresas no exterior, investimentos estrangeiros diretos, as entradas e saídas dos investimentos estrangeiros em renda fixa e nas bolsas de valores.

Câmbio Paralelo

É o mercado que existe quando o país não tem uma política de câmbio 100% livre.

Capacidade Instalada

Potencial de produção de determinada empresa ou setor da economia. Quando a empresa está trabalhando com 80% da sua capacidade é o mesmo que dizer que está com 20% de sua capacidade de produção ociosa. Logo, pode crescer sem novos investimentos em máquinas e equipamentos.

Capital Aberto

Característica do tipo de sociedade anônima em que o capital, representado por ações que podem ser negociadas na Bolsas de Valores , é dividido entre muitos e indeterminados acionistas.

Capital de Giro

Recurso destinado para compra de mercadorias, reposição de estoques, financiamento a cliente, despesas administrativas, etc, que corresponde a parte do capital utilizada para o financiamento dos ativos circulantes da empresa.

Capital de Giro

Parte dos bens de uma empresa representados pelo estoque de produtos e pelo disponível (imediatamente e a curto prazo)

Capital de Giro Associado ao Investimento Fixo

É a parcela de recursos destinada a cobrir as despesas que a empresa terá com investimentos realizados. Ou seja, se a empresa financiou uma máquina, poderá necessitar de matéria-prima para a produção. Neste caso será financiado o capital de giro.

Capital de Giro Próprio

Recursos em giro, normalmente no ativo circulante, que se originou do capital próprio dos cotistas / acionistas. Pode ser positivo ou negativo.

Capital de Risco

Capital investido em atividades em que existe a possibilidade de perdas.

Capital de terceiros

Representam recursos originários de terceiros utilizados para a aquisição de ativos de propriedade da entidade. Corresponde ao passivo exigível.

Capital próprio

São os recursos originários dos sócios ou acionistas da entidade ou decorrentes de suas operações sociais. Corresponde ao patrimônio líquido.

Capital social

É o valor previsto em contrato ou estatuto, que forma a participação (em dinheiro, bens ou direitos) dos sócios ou acionistas na empresa.

Capital total a disposição da Empresa

Corresponde à soma do capital próprio com o capital de terceiros. É também igual ao total do ativo da entidade.

Carta de Crédito

Carta cujo signatário autoriza o destinatário a entregar a uma terceira pessoa certa importância em dinheiro ou determinada quantidade de mercadorias.

Cartel

Acordo realizado entre empresas independente umas das outras, com o objetivo de limitar ou suprimir os riscos da concorrência. É proibido por lei.

Cash Flow

Igual a Fluxo de caixa.

CDB

Certificado de Depósito Bancário.

CDB (Certificado de Depósito Bancário)

É um título de captação de recursos do setor privado, cujas taxas são expressas em % ao ano. É o mais procurado pelo fato de ser transferível por endosso nominativo, ou seja poder ser vendido a qualquer hora dentro do prazo contratado com pequeno deságio. É conhecido como depósito a prazo. A medida provisória 542 do Plano Real estabelece que, para os títulos pré-fixados, o prazo mínimo é de 30, 60 ou 90 dias. Para os títulos indexados em TR , o prazo mínimo é de 120 dias.

CDI

Certificado de Depósito Interbancário. Taxa média dos empréstimos feitos entre os bancos. Esses empréstimos são registrados por uma instituição chamada Cetip (Central de Custódia e Liquidação de Títulos Privados).

Certidão

É um documento pelo qual se prova algo.

Certidão negativa

Documento que comprova a existência ou não de ação civil, criminal ou federal contra uma pessoa física ou jurídica. Comprova também que a pessoa jurídica ou física esta regular junto aos órgãos arrecadadores.

Certidão negativa estadual

Documento que comprova a existência ou não de débitos da pessoa jurídica ou física junto a Secretaria Estadual de Fazenda.

Certidão negativa FGTS

Documento que comprova a existência ou não de débitos da pessoa jurídica ou física junto a Caixa Econômica Federal.

Certidão negativa municipal

Documento que comprova a existência ou não de débitos da pessoa jurídica ou física junto a Secretaria Municipal de Fazenda.

Certidão negativa Receita Federal

Documento que comprova a existência ou não de débitos da pessoa jurídica ou física junto a Receita Federal do Brasil e Procuradoria da União.

Certificado de Depósito Bancário

Título que comprova que seu proprietário tem um depósito bancário na instituição financeira emissora. Pode ser comprado e vendido e rende juros.

Cesta Básica

Conjunto de bens que satisfazem as necessidades básicas de uma família de trabalhadores. O conceito de necessidades básicas varia conforme o nível médio de renda da população alvo. Como exemplo pode-se citar a cesta básica elaborada pelo Procon-São Paulo, que computa o preço médio de uma cesta de produtos alimentares, de higiene e limpeza consumidos por uma família padrão de quatro pessoas com renda de 10,3 salários mínimos, na região metropolitana de São Paulo.

CFOP

Código Fiscal de Operações e Prestações.

CGC/MF

Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda. Substituído pelo CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), da Receita Federal, identifica cada pessoa jurídica (firma/empresa/sociedade civil ou mercantil, ou companhia) existente no país. Nenhuma pessoa jurídica pode funcionar sem o número de sua inscrição no CNPJ.

CIC

Cartão de Identificação do Contribuinte. É o cartão personalizado (espécie de carteira de identidade) expedido pelo Ministério da Fazenda com o número da inscrição no CNPJ para todas as pessoas jurídicas e no CPF para todas as pessoas físicas.

CMN

Conselho Monetário Nacional. É o principal órgão do Sistema Financeiro Nacional, criado pela Lei 4.595 de 1964, tem como finalidade formular a política da moeda e do crédito. É o órgão disciplinador do Mercado de Capitais pela Lei 4.728 de 14 de julho de 1965, juntamente com a Comissão de Valores Mobiliários.

CMN (Conselho Monetário Nacional)

O CMN é um órgão normativo responsável pela fixação das diretrizes da política Monetária, Cambial e Creditícia do País, de forma à compatibilizá-las com as metas econômicas do Governo Federal. Seu órgão executor é o Banco Central. Atualmente o CMN é composto pelo Presidente do Banco Central e pelos Ministros da Fazenda e do Planejamento.

CMV

Custo das Mercadorias Vendidas.

CND

Documento que comprova a existência ou não de débitos da pessoa jurídica ou física junto à previdência social do Brasil.

CNPJ

Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, da Receita Federal. Identifica cada pessoa jurídica existente no país. Nenhuma pessoa jurídica pode funcionar sem o número de sua inscrição no CNPJ.

Cobertura de Dívidas

Indicador financeiro que mostra a capacidade da empresa em gerar caixa suficiente para pagar suas dívidas num determinado prazo.

COFINS

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social. É um tributo cobrado pela União sobre o faturamento bruto das pessoas jurídicas, destinado a atender programas sociais do Governo Federal. Sua alíquota, que era de 2%, foi aumentada para 3% em fevereiro de 1999.

Colateral

O mesmo que Garantia.

Commodities

Termo usado em transações comerciais internacionais para designar um tipo de mercadoria em estado bruto ou com um grau muito pequeno de industrialização. As principais commodities são produtos agrícolas (como café, soja e açúcar) ou minérios (cobre, aço e ouro, entre outros).

Commodity

Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, algodão, estanho, cobre, etc ...

CONFAZ

Conselho Nacional de Política Fazendária. Congrega todos os secretários da Fazenda das Unidades Federadas, os ministros da Fazenda e do Planejamento e outras autoridades federais da área econômica.

Constituição de uma firma

O processo de constituir uma firma passa por uma série de passos a serem cumpridos, para uma rápida obtenção de toda documentação necessária para operar. Após o registro do Contrato Social e obtenção do CNPJ, seguem-se os registros na Secretaria da Fazenda do Estado quando existam operações comerciais, e na Prefeitura Municipal da sede do estabelecimento, bem como de filiais se estas existirem.

Constituição de uma sociedade

O processo de constituir uma sociedade passa por uma série de passos a serem cumpridos, para uma rápida obtenção de toda documentação necessária para operar. Após o registro do Contrato Social e obtenção do CNPJ, seguem-se os registros na Secretaria da Fazenda do Estado quando existam operações comerciais, e na Prefeitura Municipal da sede do estabelecimento, bem como de filiais se estas existirem.

Constituir empresa

O processo de constituir uma empresa passa por uma série de passos a serem cumpridos, para uma rápida obtenção de toda documentação necessária para operar. Após o registro do Contrato Social e obtenção do CNPJ, seguem-se os registros na Secretaria da Fazenda do Estado quando existam operações comerciais, e na Prefeitura Municipal da sede do estabelecimento, bem como de filiais se estas existirem.

Constituir uma firma

O processo de constituição de uma firma passa por uma série de passos a serem cumpridos, para uma rápida obtenção de toda documentação necessária para operar. Após o registro do Contrato Social e obtenção do CNPJ, seguem-se os registros na Secretaria da Fazenda do Estado quando existam operações comerciais, e na Prefeitura Municipal da sede do estabelecimento, bem como de filiais se estas existirem.

Consultoria contábil

Identifica e recomendam as empresas, através de diagnósticos e processos, todas as necessidades contábeis e financeiras da organização.

Consultoria de contabilidade

Identifica e recomendam as empresas, através de diagnósticos e processos, todas as necessidades contábeis e financeiras da organização.

Consultoria em contabilidade

Identifica e recomendam as empresas, através de diagnósticos e processos, todas as necessidades contábeis e financeiras da organização.

Consultoria tributária

Empresa especializada no segmento tributário federal.

Consultorias contábeis

Identifica e recomendam as empresas, através de diagnósticos e processos, todas as necessidades contábeis e financeiras da organização.

Contabilidade

É a ciência que estuda e controla o patrimônio, objetivando representá-lo graficamente, evidenciar suas variações, estabelecer normas para sua interpretação, análise e auditoria e servir como instrumento básico para a tomada de decisões de todos os setores direta ou indiretamente envolvidos com a empresa.

Contabilidade 3º setor

Organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que tem como objetivo gerar serviços de caráter público.

Contabilidade associação

Ato de prestar serviço de assessoria de contabilidade, com o processamento de todas as operações realizadas pela empresa.

Contabilidade civil

É exercida pelas pessoas que não têm como objetivo final o lucro, mas sim o instituto da sobrevivência ou bem-estar social.

Contabilidade de caixa

Sistema contábil no qual as transações à vista são registradas e os relatórios são montados a partir de pagamentos reais realizados dentro e fora da empresa.

Contabilidade de empresas de capital estrangeiro

Tende a reservar os cargos de direção em suas filiais no exterior a executivos e funcionários estrangeiros, inclusive como forma de preservar segredos industriais.

Contabilidade de entidades sem fins lucrativos

Terceiro setor é constituído organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que tem como objetivo gerar serviços de caráter público.

Contabilidade de exercício

Sistema contábil nos quais os relatórios são extraídos de contas a pagar, contas a receber, venda e pagamentos à vista. A maioria dos contadores recomenda a contabilidade de exercício se você fatura os seus clientes ou incorre em débito.

Contabilidade de ONG

Terceiro setor é constituído organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que tem como objetivo gerar serviços de caráter público.

Contabilidade de ONGs

Terceiro setor é constituído organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que tem como objetivo gerar serviços de caráter público.

Contabilidade de sindicatos

É exercida pelo Departamento através de uma área específica como apoio direto as Diretorias e Conselhos Fiscais dos Sindicatos.

Contabilidade privada

Ocupa-se do estudo e registro dos fatos administrativos das pessoas de direito privado, tanto as físicas quanto as jurídicas, além da representação gráfica de seus patrimônios, dividindo-se em civil e comercial.

Contabilidade pública

Ocupa-se com o estudo e registro dos fatos administrativos das pessoas de direito público e da representação gráfica de seus patrimônios, visando três sistemas distintos – orçamentário financeiro e patrimonial, para alcançar os seus objetivos, ramificando-se conforme a sua área de abrangência em federal, estadual, municipal e autarquias.

Contabilidade sem fins lucrativos

Terceiro setor é constituído organizações sem fins lucrativos e não governamentais, que tem como objetivo gerar serviços de caráter público.

Contabilidade sindicato

Ato exercido pelo Departamento através de uma área específica como apoio direto as Diretorias e Conselhos Fiscais dos Sindicatos.

Contabilistas

Profissional que cuida da contabilidade de uma empresa ou instituição.

Contador

Profissional que cuida da contabilidade de uma empresa ou instituição.

Contas a pagar

Dinheiro que a empresa deve a seus fornecedores.

Contas a receber

Dinheiro que os clientes devem à empresa.

Contas a Receber

Valores que serão recebidos em Caixa no futuro, originados por vendas de mercadorias, serviços ou outros ativos.

Contas de resultado

Registram as variações patrimoniais e demonstram o resultado do exercício (receitas e despesas).

Contas Patrimoniais

Representam os elementos ativos e passivos (bens, direitos, obrigações e situação líquida).

Contas Públicas

O resultado das contas do setor público é conhecido como déficit público – que representa o excesso de gastos do Governo (em suas diferentes instâncias: Governo Federal e Banco Central ; Estados e Municípios, ainda, empresas estatais) frente as suas receitas. Entretanto, esta contabilidade pode ser dividida em três níveis: (1) Déficit Nominal: corresponde ao resultado nominal das contas do setor público, ou seja, não é excluído o efeito da inflação sobre o fluxo de receitas e despesas do governo. (2) Déficit Operacional: corresponde ao resultado real das contas públicas, ou seja, exclui-se do resultado nominal o efeito da inflação. (3) Déficit Primário: corresponde ao resultado fiscal das contas públicas, ou seja, exclui-se do resultado operacional a despesa com juros que o Governo tem que pagar sobre as suas dívidas. Assim, o resultado puro das contas do Governo é representado pelo déficit primário, que diz, sem o efeito da inflação e dos juros pagos sobre as suas dívidas, se ele gastou mais ou menos do que a sua receita permitia. Entretanto, com as altas taxas de juros praticadas e o crescimento da dívida mobiliária, o acompanhamento do déficit no conceito operacional vem sendo cada vez mais relevante, uma vez que a despesa com juros representa uma

grande fonte de gastos para o Governo. À medida que a estabilidade de preços for se firmando no país, o conceito de déficit nominal ganhará maior relevância, pois o efeito diminuto da inflação deverá dar novo sentido a esta estatística – tendendo a substituir a relevância do conceito operacional. O Banco Central divulga estes três conceitos de déficit público, só que sob a ótica da necessidade do seu financiamento. Ou seja, é divulgada a série de necessidades de financiamento do setor público, que é o mesmo que dizer: se o governo tem necessidade de financiamento, é por que tem déficit; enquanto que, se apresentar uma necessidade de financiamento “negativa”, isso quer dizer que ele teve um superávit, ou seja, gastou menos do que arrecadou.

Contas retificadoras do Ativo

São classificadas no ativo, tendo saldos credores, por isso são demonstradas com o sinal (-).

Contribuições Para-fiscais

São designadas de Para-fiscais as seguintes Contribuições – FGTS, Contribuições Econômicas, Taxas e Emolumentos.

Contribuinte

Genericamente, é toda pessoa – física ou jurídica – que paga tributo (sentido genérico) aos cofres públicos, quer seja da União, dos Estados, dos Municípios e/ou do Distrito Federal. O Código Tributário Nacional, em seu Art. 121, Parágrafo único, I, conceitua como Contribuinte o sujeito passivo da obrigação principal... Quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.

Convênio

Instrumento jurídico que permite empresas ou organizações trabalharem com um objetivo comum.

COPOM

Comitê de Política Monetária do BACEN é o órgão que decide a política da taxa de juros.

Correção Monetária

É o reajuste periódico de certos preços na economia pelo valor da inflação passada, com o objetivo de compensar a perda do poder aquisitivo da moeda.

CP

Curto Prazo.

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda é um número identificador do contribuinte (pessoa física).

CPMF

Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direito de Natureza Financeira. Sua alíquota atual é de 0,38% sobre cada débito bancário.

CPV

Custo dos Produtos Vendidos.

CSLL

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. É outro tributo federal sobre o Lucro Líquido das empresas ou sobre o Faturamento/Receita Bruta (caso das empresas tributadas sobre o Lucro Presumido) das pessoas jurídicas.

Curto Prazo

Usualmente menor que 1 ano.

Custo Das mercadorias vendidas

Veja Custo dos Produtos Vendidos.

Custo dos produtos vendidos

É o valor das vendas, a preço de custo, que estão registradas no estoque. A empresa industrial tem por função principal a conversão de matérias-primas em produtos acabados. Em qualquer negócio o Custo dos Produtos Vendidos, é o total do preço de compra e os custos de conversão, se estes existem. No entanto, o fabricante inclui neste custo, o custo das matérias-primas consumidas, o custo da mão-de-obra direta e também outros custos incorridos na fabricação dos artigos que ele vende. A diferença entre a contabilização para obter o Custo dos Produtos Vendidos numa empresa comercial e numa empresa industrial surge em virtude de que no comércio, geralmente, carece de custo de conversão e, portanto seu custo é praticamente o mesmo que o preço pago pelo produto que vende. É composto do Custo da Matéria-Prima, da Mão-de-obra Direta e das Despesas Gerais de Fabricação.

Custo fixo x Custo variável

O custo fixo é a parcela do custo que não varia em face da produção (por exemplo, o pagamento do aluguel onde estão às máquinas de uma fábrica), enquanto custo variável é aquele que varia de acordo com a produção (por exemplo, o papel utilizado na produção de revistas).

Custo Médio

É a soma dos custos de diversos itens similares dividido pelo número deles. É muito utilizado para se ter o custo médio dos estoques.

Custo x Despesa

Tem muita gente que acha que custo e despesa é a mais coisa. Em finanças, não é. Todo o gasto relacionado ao processo produtivo do seu negócio é custo (por exemplo, gastos com farinha e fermento para produzir pães, em uma padaria), todos os outros gastos (por exemplo, o salário do caixa) são despesas.

Custos Fixos

É o custo que a empresa tem para poder produzir e vender. Se as vendas forem zero ou não se produzir nada, estes custos têm que ser coberto. Pode ser igual às despesas operacionais.

Custos Gerais de Fabricação

Igual a Despesas Gerais de Fabricação

CVM

Comissão de Valores Mobiliários. É uma autarquia federal, criada com o objetivo de fiscalizar, regulamentar e desenvolver o mercado de valores mobiliários, visando ao seu fortalecimento. Tem por finalidade a fiscalização e a regulação do mercado de títulos de renda variável, tendo, entre outras as atribuições de assegurar o funcionamento eficiente e regular os mercados de bolsa e balcão, e proteger os títulos de valores mobiliários e os investidores do mercado.

CVM (Conselho de Valores Mobiliários)

A CVM é um órgão normativo, criado em 1976, para desenvolver, disciplinar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários não emitidos pelo sistema financeiro ou pelo Tesouro – basicamente o mercado de ações e debêntures.

Debêntures

Título que representa empréstimo a uma empresa de capital aberto, rendendo juros e correção monetária. O comprador de uma debênture é um credor da empresa.

Declaração de lucros e perdas

Um dos relatórios que o sistema contábil gera para dar uma visão de como a empresa está se saindo. Uma declaração procurará por um período de tempo como um mês, um trimestre ou um ano. Pode-se comparar com outros períodos de tempo para tomar decisões (baixe uma amostra de Declaração de lucros e perdas).

Demanda

Quantidade de um bem ou serviço que pode ser adquirida por um preço definido, em um dado mercado, durante um determinado período de tempo.

Demonstração de Fluxo De Caixa (DFC)

Relaciona o conjunto de ingressos e desembolsos financeiros de empresa em determinado período. Procura-se analisar todo deslocamento de cada unidade monetária dentro da empresa.

Demonstração de Lucros/ Prejuízos Acumulados (DLPA)

Tem por objetivo demonstrar a movimentação da conta de lucros ou prejuízos acumulados, ainda não distribuídos aos sócios titular ou aos acionistas, revelando os eventos que influenciaram a modificação do seu saldo. Essa demonstração deve também revelar o dividendo por ação do capital realizado.

Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Fornece a movimentação ocorrida durante os exercícios nas contas componentes do Patrimônio Líquido, faz clara indicação do fluxo de uma conta para outra além de indicar a origem de cada acréscimo ou diminuição no PL.

Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR)

Têm por objetivo a demonstração contábil destinada a evidenciar num determinado período as modificações que originaram as variações no capital circulante líquido da Entidade. E apresentar informações relacionadas a financiamentos (origens de recursos) e investimentos (aplicações de recursos) da empresa durante o exercício, onde, estes recursos são os que afetam o capital circulante líquido (CCL) da empresa.

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Destina-se a evidenciar a formação de resultado líquido do exercício, diante do confronto das receitas, custos e despesas apuradas segundo o regime de competência.

Demonstrações Contábeis

Demonstração sintética e numérica dos fatos ocorridos na empresa.

Demonstrações Financeiras Básicas

Balanco Patrimonial; Demonstração de Resultado; Demonstrações dos lucros ou prejuízos acumulados; Demonstrações das Mutações do PL; Demonstrações das Origens e Aplicações dos recursos; Notas Explicativas.

Demonstrativo de Resultados

É um demonstrativo que mostra as Receitas e Despesas das operações por um dado período.

Departamento pessoal

É administrar as relações entre empregador e colaborador, objetivando dá a este oportunidade de crescimento e fazendo com que o colaborador se sinta valorizado na estrutura organizacional da empresa.

Depreciação

Com exceção dos terrenos, a maioria dos ativos fixos tem uma vida útil limitada, ou seja, servirão à empresa durante um número determinado de períodos contábeis. O custo do ativo pode ser considerado como uma despesa nos períodos contábeis nos quais o ativo é utilizado na empresa. O processo contábil para esta conversão gradual do Ativo Fixo em despesas chama-se Depreciação. De forma figurativa, é como se o Ativo Fixo se desgastasse ao longo de sua vida útil. Esta vida útil, sob o aspecto contábil, é limitada pela fiscalização do Imposto de Renda. Algumas taxas de depreciação: imóveis 4% ao ano, máquinas e equipamentos 10% e veículos 20%.

Depreciação Acumulada

Representa o desgaste de bens físicos registrados no ativo permanente, pelo uso, por causas naturais ou por obsolescência.

Derivativos

Instrumentos financeiros, cujo valor é associado a um bem, ativo ou título. Há três tipos de derivativos: futuros – que servem para proteger o investidor das flutuações nos preços normais – mercadorias negociadas pelo seu preço de entrega no futuro (dias, meses, anos). Opções – muito usada no mercado de commodities e mercado futuro de ações – contratos que reservam ao seu possuidor o direito de comprar ou vender mercadorias ou título em uma data futura e a um preço pré-determinado. Swaps – do inglês, troca, permutam – contrato que permite trocar em uma data futura pré-determinada, um investimento por outro, taxa de correções ou condições de um mesmo ativo. Operam preços futuros de ações, Índice Bovespa, dólar, ouro, juros e mercadorias agrícolas.

Desconto

Quantia deduzida do valor nominal de um título de crédito, quando são pagas antes do prazo de sua liquidação. Os bancos descontam cheques e duplicatas a um valor menor que se receberia no futuro. O risco da liquidação do título continua com a empresa.

Desembolsos

O desembolso ocorre quando se adquire um serviço ou um ativo, mediante pagamento à vista (Caixa).

Despesas

São gastos incorridos para, direta ou indiretamente, gerar receitas. As despesas podem diminuir o ativo e/ou aumentar o passivo exigível, mas sempre provocam diminuições na situação líquida.

Despesas Antecipadas

Compreende as despesas pagas antecipadamente que serão consideradas como custos ou despesas no decorrer do exercício seguinte. Ex.: – seguros a vencer, alugueis a vencer e encargos a apropriar.

Despesas de um período, mas não pagas no mesmo período

Apresenta-se no Passivo como Obrigações. Ex.: Ordenados a pagar.

Despesas de vendas ou despesas de distribuição

São Despesas Operacionais para se realizar as vendas, armazenar os produtos manufaturados e transportá-los ao consumidor. Estes custos se realizam “além da porta da fábrica”.

Despesas do Ano Atual

É paga e consumida no mesmo ano. Apresenta-se no Demonstrativo de Resultados ou Lucros & Perdas. Ex.: Despesas de luz.

Despesas e Desembolsos

As despesas e os desembolsos podem ocorrer em períodos diferentes.

Despesas Financeiras

São juros e outros custos que ocorrem com relação ao capital obtido de terceiros.

Despesas Gerais de Fabricação

O terceiro elemento dos custos de fabricação é o custo geral de fabricação por vezes chamado custos indiretos de fabricação, custos de fabricação, custos indiretos, etc. Nestes custos indiretos incluem-se todos os custos, exceto matérias-primas e mão-de-obra direta, que estão relacionados com a fabricação do produto.

Despesas Gerais e de Administração

São custos que reúnem todas as partes que não estão incluídas nas categorias, tais como: custos de operação da matriz e das filiais, incluindo salário e ordenados de administração, custos de pesquisa de desenvolvimento de engenharia, benefícios, etc.

Despesas Operacionais

São despesas decorrentes da operação da empresa, que não os de custo para fabricação de produto ou elaboração de serviços, tais como: despesas administrativas, despesas operacionais, pessoal de diretoria e etc.

Despesas por Conta de Futuros Exercícios

Apresenta-se no Ativo como Despesas Diferidas. Ex.: Seguros, Aluguel.

Diferido

Aplicações de recursos em despesas que contribuirão para lucro em mais de um período; pesquisa e desenvolvimento.

Direitos

Valores a serem recebidos de terceiros, por vendas a prazo ou valores de nossa propriedade que se encontra em posse de terceiros.

Disponível

Composto pelas exigibilidades imediatas, representadas pelas contas de caixa, bancos conta movimento, cheques para cobrança e aplicações no mercado aberto.

Dividendo

Parcela dos lucros de uma empresa, que é distribuída a seus acionistas.

Dólar Comercial

É o valor de mercado do dólar norte americano para transações de comércio exterior, entradas e saídas de recursos, como remessas financeiras. As cotações são encontradas no Sisbacen, Suas cotações para compra e para venda são expressas em R\$ por US\$.

Dólar Paralelo

É o valor de mercado do dólar norte americano para transações fora dos meios oficiais. Suas cotações para compra e para venda são expressas em R\$ por US\$.

Dólar Turismo

É o valor de mercado do dólar norte americano para transações de turismo, emissão de passagens aéreas, débitos em moeda estrangeira nos cartões de crédito. As cotações são encontradas no Sisbacen. Suas cotações para compra e para venda são expressas em R\$ por US\$.

Drawback

Devolução, pelo Poder Público, do Imposto de Importação, ou parte deste, quando se tratar de importação de matéria-prima e de componente utilizados na fabricação de artigo ou produto a ser exportado.

Dumping

É a prática desleal de preços abaixo do custo no comércio internacional, geralmente visando ampliação de fatia de mercado.

Duplicata

Título de crédito cuja quitação prova o pagamento de obrigação oriunda de compra de mercadorias ou de recebimentos de serviços. É emitida pelo credor (vendedor da mercadoria) contra o devedor (comprador), pelo qual se deve ser remetida a este último para que a assine (ACEITE), reconhecendo seu débito. Este procedimento é denominado aceite.

Empresa

Uma empresa é um conjunto organizado de meios com vista a exercer uma atividade particular, pública, ou de economia mista, que produz e oferece bens e/ou serviços, com o objetivo de atender a alguma necessidade humana.

Empresa contábil

Ato de prestação de serviços contábeis

Empresa de contabilidade

Ato de prestação de serviços contábeis.

Empresa individual

Com o advento do novo código civil, e o conseqüente ingresso da teoria da empresa no direito pátrio, desaparece a classificação de firma individual comercial e prestadora de serviços. Deixamos de ter a antiga distinção pelo objeto, ou seja, civil e comercial, e passamos a ter a principal distinção pela estrutura e a segunda pela presença do exercício de atividade intelectual, técnica, científica, artística ou literária como atividade fim. O caput do artigo 966 do código civil informa que para ser enquadrado como empresário (firma individual empresária), o indivíduo tem que exercer sua atividade com habitualidade, objetivando o lucro e ter organização. A organização é o grande elemento de distinção, já que é natural que a atividade seja exercida com habitualidade, ou profissionalidade, e esteja objetivando o lucro.

Empresa Privada

Organização pertencente a indivíduos ou grupos, que produz e/ou comercializa bens ou serviços com o objetivo de lucro

Empresa Pública

Organização que se destina a garantir a produção de bens e serviços fundamentais a coletividade (transporte, energia elétrica, combustível, etc...) Em geral a empresa pública é dirigida a atividades que requerem investimentos muito elevados e apresentam retorno lento, sendo por isso pouco atraente à iniciativa privada. Ao mesmo tempo, a empresa pública costuma ter assegurado o monopólio de sua atividade.

Empresas contábeis

Ato de prestação de serviços contábeis.

Empresas de assessoria

Ato de prestar serviço de assessoria, com o processamento de todas as operações realizadas pela empresa.

Empresas de contabilidade

Ato de prestação de serviços contábeis.

Encargos Sociais

Diz-se de todas as despesas que as empresas efetuam, compulsoriamente ou não, em benefício de seus empregados e familiares, direta e/ou indiretamente, incluindo aquelas que se destinam ao financiamento da seguridade social de responsabilidade do Poder Público e as demais contribuições sociais. Exemplo – FGTS sobre a folha de pagamento.

Encargos Sociais

Conjunto de obrigações trabalhistas que devem ser pagas pelas empresas mensalmente ou anualmente, além do salário do empregado.

Entrada de Caixa

São quaisquer recebimentos em caixa e bancos tais como vendas à vista, duplicatas, cheques ou novas promissórias recebidas, novos empréstimos ou novos aportes de capital dos cotistas/acionistas.

Equação Fundamental da Contabilidade

Ativo = Passivo Exigível + Patrimônio Líquido.

Escritório contábil

Ato de prestação de serviços contábeis.

Escritório contábil modelo

Detém conhecimento teórico e prático para analisar a maneira menos onerosa de tributação de nossos clientes.

Escritório Contábil RJ

Escritório para prestação de prestação de serviços contábeis, no Rio de Janeiro.

Escritório contabilidade

Escritório para prestação de prestação de serviços contábeis.

Escritórios contábeis

Escritório para prestação de prestação de serviços contábeis, no Rio de Janeiro.

Escritura

É o registro cartorial de um bem imóvel.

Escrituração

É o registro cronológico dos fatos que ocorrem no patrimônio.

Escrituração contábil

Processo de inserção de dados dentro do sistema contábil, incluindo valores, data e origem de cada receita ou despesa. Nenhum sistema contábil funciona sem uma escrituração contábil confiável.

Estoques

São matéria-prima, produtos ou materiais em processo e produtos acabados que ainda não foram enviados para os clientes.

Exaustão

É o esgotamento dos recursos naturais não renováveis, em virtude de sua utilização para fins econômicos, registrados no ativo permanente.

Exercício Social

É o espaço de tempo (12 meses), findo o qual as pessoas jurídicas apuram seus resultados; ele pode coincidir, ou não, com o ano-calendário, de acordo como que dispuser o estatuto ou o contrato social. Perante a legislação do imposto de renda, é chamado de período-base (mensal ou anual) de apuração da base de cálculo do imposto devido.

Exigível à Longo Prazo

Exigibilidades com vencimento após o encerramento do exercício subsequente.

Expansão

Situação de uma economia, em que os volumes da produção e da demanda apresentam índices de crescimento.

Factoring

São empresas que exploram as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compra de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços.

FAP (Fundo de Aplicação Financeira)

Fundo criado pelo plano Collor II em substituição aos fundos de curto prazo, inclusive o open e o over. As taxas de remuneração das FAFs deveriam ser iguais às da TR , substituindo com vantagens as aplicações de curto prazo anteriores.

FAMPE

Fundo de Apoio a Micro e Pequenas e Empresas do SEBRAE.

Fatos Administrativos

São os que provocam alterações nos elementos do patrimônio ou do resultado. Por essa razão, também são denominados fatos contábeis.

Fatos mistos ou compostos

São os que combinam fatos permutativos com fatos modificativos, logo podem ser aumentativos (combinam fatos permutativos com fatos modificativos aumentativos), ou diminutivos (combinam fatos permutativos com fatos modificativos diminutivos).

Fatos Modificativos

São os que provocam alterações no valor do patrimônio líquido (PL) ou situação líquida (SL), podem ser aumentativos (quando provocam acréscimos no valor do patrimônio líquido) ou diminutivos (quando provocam reduções no valor do patrimônio líquido).

Fatos Permutativos

São os que não provocam alterações no valor do patrimônio líquido (PL) ou situação líquida (SL), mas podem modificar a composição dos demais elementos patrimoniais.

Faturamento x Lucro

Faturamento é a receita total de sua empresa, tudo o que ela consegue gerar de dinheiro. Enquanto lucro é a o faturamento deduzido de todos os gastos (incluindo custos fixos e variáveis e despesas) da empresa.

FED

Federal Reserve. É o Banco Central dos Estados Unidos. É a partir da atuação do FED, que sobem ou descem as taxas de juros no mercado americano, cuja tendência outros países acompanham.

FGTS

Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. É formado por Contribuições compulsórias do empregador, cuja alíquota é de 8,5% sobre o total da folha de pagamento, depositadas na Caixa Econômica Federal em conta específica do empregado, que, no entanto, não pode movimentá-la livremente.

FGV (Fundação Getúlio Vargas)

Entidade fundada em 1924 com o objetivo de se dedicar à pesquisa no campo das ciências sociais, da administração e da economia.

FIESP (Federação das Indústrias do Estado de S.Paulo)

Órgão sindical de representação dos interesses dos industriais do estado. Congrega mais de 100.000 indústrias, grandes, médias e pequenas, reunidas em 106 sindicatos diferentes.

Filhote

Designa as ações concedidas na forma de bonificação.

FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas)

Entidade dedicada as pesquisas de fenômenos econômicos e sociais , composta por professores da USP.

Firma

É o nome utilizado pelo titular da natureza jurídica (empresário), pelas sociedades em nome coletivo, de capital e indústria e em comandita simples. Em caráter opcional, pode ser utilizado pelas sociedades por cotas de responsabilidade limitada e em comandita simples;

Firma individual

Com o advento do novo código civil, e o conseqüente ingresso da teoria da empresa no direito pátrio, desaparece a classificação de firma individual comercial e prestadora de serviços. Deixamos de ter a antiga distinção pelo objeto, ou seja, civil e comercial, e passamos a ter a principal distinção pela estrutura e a segunda pela presença do exercício de atividade intelectual, técnica, científica, artística ou literária como atividade fim. O caput do artigo 966 do código civil, informa que para ser enquadrado como empresário (firma individual empresária), o individuo tem que exercer sua atividade com habitualidade, objetivando o lucro e ter organização. A organização é o grande elemento de distinção, já que é natural que a atividade seja exercida com habitualidade, ou profissionalidade, e esteja objetivando o lucro.

Fluxo de Caixa

São as previsões e o registro do movimento de entrada e saída de dinheiro de uma empresa, órgão governamental ou mesmo de uma família. Mostra a posição líquida de caixa necessária para certo período. É um importante instrumento para administração de uma organização.

Fluxo de Caixa

O pagamento ou recebimento efetivo do dinheiro por uma empresa ou instituição governamental.

Fluxo de Caixa Operacional

É a sobra de caixa gerada pela empresa originada de suas operações normais, sem imposto de renda, amortização das dívidas e depreciação. As variações de estoque e contas a receber alteram o Fluxo de Caixa.

FMI

Fundo Monetário Internacional. Criado em 1944, pelo Acordo de Bretton Woods, é o organismo financeiro da Organização das Nações Unidas-ONU, com sede em Washington-EUA, para corrigir desequilíbrios no balanço de pagamentos dos países-membros que possam comprometer o equilíbrio do sistema econômico internacional.

FOB (Free on Board)

Designação da cláusula de contrato segundo a qual o frete não está incluído no custo da mercadoria. Valor FOB é o preço de venda da mercadoria acrescido de todas as despesas que o exportador faz até colocá-lo a bordo.

Franchising

Método de comercialização de produtos ou serviços no qual o franqueado obtém o direito de uso de uma marca e opera de acordo com um padrão de qualidade estabelecido pelo franqueador em troca de um pagamento de um determinado valor.

Funções da Contabilidade

Registrar, organizar, demonstrar, analisar e acompanhar as modificações do patrimônio em virtude da atividade econômica ou social que a empresa exerce no contexto econômico.

FUNDAF

Fundo de Desenvolvimento e Administração da Arrecadação e Fiscalização. É o fundo para o qual é recolhida parte das multas aplicadas aos Contribuintes por irregularidades fiscais relativas aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal. Seus recursos destinam-se, prioritariamente, ao reaparelhamento da máquina arrecadadora/fiscalizadora da referida Secretaria, incluindo o pagamento da Retribuição Adicional Variável aos Auditores Fiscais e Técnicos do Tesouro Nacional, a guisa de estímulo.

Fundo de Comércio

É o ponto comercial, da carteira de clientes, da equipe de funcionários, dos contratos obtidos, da tradição do nome, do valor da marca, que são considerados quando se atribui um valor a empresa.

Fundo do Aval

É um instrumento financeiro e institucional através do qual o SEBRAE avaliza microempresas e empresas de pequeno porte, complementando as garantias que são exigidas pelos bancos e demais instituições financeiras na concessão de empréstimos.

Fundos de Investimento

Organismos de coleta de poupança e de aplicação, em que a capital variável é aberta ao público, e o valor dos títulos possuídos por cada participante é determinado pela relação entre o total do ativo e o número de quotas, e não diretamente pelo mercado.

Fusão

Ocorre quando duas companhias decidem unir seus negócios. Muitas vezes, as ações das duas empresas são trocadas por papéis de uma terceira empresa, resultando da fusão.

Garantia

É um ativo, um título de crédito, um contrato, uma fiança ou um aval que o banco exige para conceder um crédito com menor risco.

GATT (General Agreement on Tariffs and Trade)

Tratado multilateral de comércio internacional firmado em 1947. O GATT rege-se por tres princípios básicos : tratamento igual, não discriminatório, para todas as nações comerciantes; redução de tarifas por meio de negociações e eliminação das cotas de importação.

Gestão contábil

Permite que a empresa possua diversos planos de contas e de centro de custo.

GFIP

Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social.

Hedge

São operações destinadas à proteção do investidor, por meio da redução do risco de seus ativos e de suas obrigações.

Hedge

Expediente adotados por compradores e vendedores para se resguardarem de flutuações de preços

Hiperinflação

É o aumento insistente de preços da economia, é tido também como um descontrole geral de preços. Segundo alguns conceitos, a hiperinflação se caracteriza quando a taxa mensal de inflação atinge 50%.

Holding

É a empresa que detém o controle acionário de outra empresa, ou de um grupo de empresas subsidiárias.

Honorários contábeis

Remuneração por serviços de contabilidade prestados.

Hot Money

É recurso financeiro de curtíssimo prazo. É uma linha de crédito para atender eventualidades que a empresa tenha. Seus juros são quase sempre acima dos outros empréstimos

Hot Money

São aplicações em títulos ou no câmbio, atraídas por taxas de juros elevadas ou diferenças cambiais significativas, de curtíssimo prazo, podendo deslocar-se de um mercado para outro com grande agilidade. de flutuações de preços.

IBGE

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Empresa pública criada com o propósito básico de apresentar estudos e acompanhar as variações de contas macroeconômicas, tais como desemprego, custo de vida, inflação, etc.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Órgão vinculado a Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Sua atribuição básica consiste em fornecer informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica, demográfica, de recursos naturais, etc. necessários ao conhecimento da realidade física, econômica e social do país para fins de planejamento econômico e social e segurança nacional.

IBOVESPA

Índice da Bolsa de Valores de São Paulo. É o índice que mede a variação diária dos preços das ações mais negociadas na Bolsa.

IBOVESPA – Índice da Bolsa de Valores de São Paulo

Número que exprime a variação média diária dos valores das negociações na Bolsa de Valores de São Paulo, de uma carteira de ações de cerca de cem empresas selecionadas.

IBV – Índice da Bolsa de Valores

Número que exprime a variação média diária dos valores das negociações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, de uma carteira de ações de cerca de cem empresas selecionadas.

ICMS

Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, também chamado de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. É um imposto estadual não cumulativo. É a grande fonte de receita do Distrito Federal e dos Estados. Sua alíquota de 7 a 33% (na média, 17%).

IGP (Índice Geral de Preços)

Existem dois tipos de IGP e ambos são calculados pela FGV (Fundação Getúlio Vargas).

O primeiro é o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), cuja coleta de dados é efetuada entre o dia 21 do mês anterior ao dia 20 do mês de referência. A cada decêndio do período de coleta ocorrem divulgações de prévias. O IGP-M foi criado com o objetivo de se possuir um indicador confiável para as operações financeiras, especialmente as de longo prazo, sendo utilizado para correções de Notas do Tesouro Nacional (NTN) dos tipos B e C e para os CDB pós fixados com prazos acima de um ano.

O segundo é o IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna), se refere ao mes “cheio”, ou seja, o período de coleta vai do primeiro ao último dia do mês de referência e a divulgação ocorre próxima ao dia 20 do mes posterior. O IGP-DI foi criado com o objetivo de balizar o comportamento de preços em geral na economia.

Ambos tem a mesma estrutura e são compostos pelos seguintes sub-índices :

- Índice de Preços no Atacado (IPA) – onde entram preços praticados do mercado atacadista e representa 60 % do IGP-DI.
- Índice de Preços ao Consumidor (IPC) – a coleta de dados ocorre nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro dentre as famílias que tem uma renda de 1 a 33 salários mínimos). Representa 30 % do IGP-DI.
- Índice Nacional de Construção Civil (INCC) – onde são avaliados os preços no setor de construção civil, não só de materiais como de mão-de-obra. Representa 10 % do IGP-DI.

IGP-10

Calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). A metodologia de cálculo é idêntica à do IGP-M. Mede a variação dos preços entre os dias 11 do mês anterior e o dia 10 do mês de referência.

IGP-DI

Calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Tem metodologia idêntica à do IGP-M. Considera a variação dos preços dentro do mês de referência.

IGP-M

Calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) é uma referência do mercado financeiro. Mede o comportamento dos preços entre famílias do Rio e de São Paulo, com renda mensal de um a 33 salários mínimos. É apurado entre os dias 21 do mês anterior e 20 do mês de referência. É composto por três índices: Índice de Preços no Atacado (IPA), Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e Índice Nacional do Custo da Construção (INCC), que representam 60%, 30% e 10%, respectivamente, do IGP-M.

Imobilizado

Bens e direitos destinados às atividades da empresa; terrenos, edifícios, máquinas e equipamentos, veículos, móveis e utensílios, obras em andamento para uso próprio, etc.

Imposto

Segundo o Código Tributário Nacional, imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. Em outras palavras, é um tributo pago, compulsoriamente, pelas pessoas físicas e jurídicas para atender parte das necessidades de Receita Tributária do Poder Público (federal, estadual ou municipal), de modo a assegurar o funcionamento de sua burocracia, o atendimento social à população e os investimentos em obras essenciais.

Imposto Cumulativo

Diz-se de um imposto ou tributo que incide em todas as etapas intermediárias dos processos produtivo e/ou de comercialização de determinado bem, inclusive sobre o próprio imposto/tributo anteriormente pago, da origem até o consumidor final, influenciando na composição de seu custo e, em consequência, na fixação de seu preço de venda.

Imposto Declaratório

Diz-se do tributo (imposto, taxa, Contribuições de Melhoria e Para-fiscal, encargos/tarifas tributários etc.) que, para ser pago e/ou recolhido aos cofres públicos, depende da vontade ou de providências (preenchimento de declaração, formulário, DARF, carnê etc.) por parte do Contribuinte ou do Responsável pelo recolhimento, tais como IPI, ICMS, ISS, IPTU, ITR, IR, INSS, FGTS etc.

Imposto em Cascata

O mesmo que Imposto Cumulativo.

Imposto Indireto

Diz-se do tributo não explicitado na Nota Fiscal, cujo valor, embutido no preço final do produto, é repassado ao consumidor. Exemplo – o imposto direto que se paga na conta do telefone ou de energia elétrica, transforma-se em imposto indireto quando repercute no preço final do produto.

Imposto Não-Cumulativo

Diz-se do imposto/tributo que, na etapa subsequente dos processos produtivos e/ou de comercialização, não incide sobre o mesmo imposto/tributo pago/recolhido na etapa anterior. Exemplos – IPI e ICMS.

Imposto Progressivo

Diz-se do imposto em que a alíquota aumenta à proporção que os valores sobre os quais incide são maiores. Um exemplo disto é a Tabela do Imposto de Renda – Pessoa Física, cuja alíquota varia de 15 a 27,5%, conforme a renda.

Imposto Proporcional

É aquele em que a alíquota é constante (igual/uniforme/fixa) e cujo resultado só aumenta à proporção em que aumenta o valor sobre o qual incide. É um tributo de alíquota inalterável, qualquer que seja o montante tributável ou a base tributária.

Imposto Regressivo

Diz-se do imposto em que a alíquota diminui à proporção que os valores sobre os quais incide são maiores.

Imposto Seletivo

Diz-se do imposto que incide somente sobre determinados produtos. No sistema tributário atual os impostos sobre bebidas alcoólicas, fumo, perfumes/cosméticos e carros (automóveis), dentre outros, são seletivos, porquanto têm alíquotas diferenciadas. Por sinal, no sistema tributário nacional vigente, a seletividade tributária praticamente tornou-se uma regra, ao invés de exceção.

INCC-DI (Índice Nacional da Construção Civil)

Ver IGP.

Incorporação

É a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outras que lhes sucedem em todos os direitos e obrigações.

Indexação

Consiste em ligar o valor de um capital, de um rendimento ou mesmo de um bem ou serviço à evolução de uma variável de referência (preço, produção, produtividade, por exemplo).

Índice de Débito Total

É o nível de endividamento da empresa a curto e a longo prazo, logo o quanto de recursos de terceiros vem financiando a empresa.

Índice de Estrutura

Os índices de estrutura permitem a visualização de composições do ativo e do passivo, permitindo a verificação da participação de recursos próprios e de terceiros no financiamento das atividades da empresa.

Índice de Rotação de Contas A Receber

É o número de vezes que as contas a receber “giraram” no período contábil. Sabendo-se o número de dias do período, dividindo-o por este índice obtêm-se o prazo médio de recebimentos.

Índice de Rotação De Estoque

É o número de vezes que o estoque “girou” no período contábil. Se possível, em lugar do estoque no final do exercício deve-se usar a média do estoque no ano.

Índice IPC / FIPE

Índice de preços ao consumidor medido na cidade de São Paulo com o universo de pessoas que ganham de 2 a 6 salários mínimos. A composição dos grupos de despesas para o cálculo do índice é o seguinte: Alimentação (30,81%), Despesas Pessoais (12,52%), Habitação (26,52%), Transportes (12,97%), Vestuário (8,65%), Saúde e Cuidados Pessoais (4,58%) e Educação (3,95%). O índice é calculado pela FIPE – uma instituição de pesquisa ligada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP) e foi criado pela Prefeitura do Município de São Paulo com o objetivo de reajustar os salários dos servidores municipais. O período de coleta vai desde o primeiro dia de cada mês até o último dia do mesmo e a divulgação ocorre próximo ao dia 10 do mês subsequente ao da coleta. Semanalmente ocorrem divulgações prévias, chamadas quadrissemanais que simplesmente comparam os preços das últimas quatro semanas apuradas, em relação às quatro semanas imediatamente anteriores, auferindo um índice mensalizado para cada semana do mês.

Índices de Preços

O termo “índice de preços” se refere a um número que permite acompanhar a evolução do preço de um determinado produto (ou uma cesta de produtos) no tempo. A taxa de inflação, tradicionalmente chamada por índice de inflação, expressa a variação de um número índice que é calculado a partir da média ponderada de preços de vários bens (previamente estabelecidos por um instituto de pesquisa). Neste sentido, o “câmbio” nada mais é do que a variação do preço de uma moeda estrangeira (em geral do dólar), podendo, igualmente, ser transformado em um número índice, cuja variação tradicionalmente é chamada por “variação cambial”.

Índices de Retorno

É o retorno sobre valores investidos numa empresa. Este retorno ou lucro é gerado através das vendas ou serviços prestados pela empresa e o montante relativo do lucro pode ser medido e comparado pelos seguintes parâmetros da empresa, como por exemplo, o Ativo Total ou o Patrimônio Líquido.

Inflação

É a distorção de preços ocasionada por um conjunto de fatores socioeconômicos e caracteriza-se pela alta generalizada dos preços e pela depreciação da moeda.

INPC

Índice Nacional de Preços ao Consumidor. É calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Considera a variação dos preços em 11 regiões: Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Curitiba, Belém, Fortaleza, Salvador, Recife e Goiânia. Tem como base o orçamento de famílias com renda mensal entre um e oito salários mínimos.

INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor)

Índice calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com o objetivo de balizar os reajustes de salário. O universo de pesquisa é composta de pessoas que ganham de 1 a 8 salários mínimos nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além do Distrito Federal e do Município de Goiânia. A composição dos grupos de despesas para o cálculo do índice é o seguinte: Alimentação (33,10%), Artigos de Residência (8,85%), Habitação (12,53%), Transportes e Comunicação (11,44%), Vestuário (13,16%), Saúde e Cuidados Pessoais (7,56%) e Despesas Pessoais (13,36%). O período de coleta vai do primeiro dia do mês ao último dia do mês de referência e a divulgação ocorre próxima ao dia 15 do mês posterior.

Investidor em Capital de Risco

É um investidor envolvido em financiar as operações de empresas emergentes, normalmente em estágios pré-operacionais, em troca de uma participação no seu capital.

Investimento

São os gastos necessários para iniciar as operações do seu negócio. Por exemplo, para montar uma lan-house você precisa comprar computadores, impressoras, fazer uma reforma no local, etc... Ou seja, todo o gasto efetuado antes da abertura do seu negócio é chamado de investimento.

Investimento Estrangeiro

Aquisição de empresas, equipamentos, instalações, estoques ou interesses financeiros de um país por empresas, governos ou indivíduos de outros países.

Investimento Fixo

É o capital destinado à aquisição de máquinas e/ou equipamentos e obras civis indispensáveis à implantação, modernização, funcionamento ou ampliação da empresa

Investimentos

Recursos aplicados em participações em outras sociedades e em direitos de qualquer natureza que não se destinam à manutenção da atividade da empresa. O conceito principal é que a empresa não deve usar os bens nas suas atividades rotineiras; ações, patentes, obras de arte, imóveis destinados ao arrendamento, imóveis não utilizados.

IOF

Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários, também chamado de Imposto sobre Operações Financeiras. É um tributo que integra a receita da União e é cobrado sobre operações financeiras e seguro. Seu percentual varia de acordo com o tipo de operação, conforme a política monetária adotada pelo Poder Executivo através do Banco Central.

IPA (Índice de Preços por Atacado)

Ver IGP.

IPC- RJ

Considera a variação dos preços na cidade do Rio de Janeiro. É calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e toma por base os gastos de famílias com renda de um a 33 salários mínimos IPCA.

IPC-FIPE

O índice de Preços ao Consumidor é calculado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da USP (Universidade de São Paulo) e considera a variação dos preços na capital paulista.

IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado)

Índice calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com o objetivo de corrigir os balanços e demonstrações financeiras trimestrais e semestrais das companhias abertas. O universo de pesquisa é composta de pessoas que ganham de 1 a 40 salários mínimos nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além do Distrito Federal e do Município de Goiânia. A composição dos grupos de despesas para o cálculo do índice é o seguinte: Alimentação (25,21%), Artigos de Residência (8,09%), Habitação (10,91%), Transportes e Comunicação (18,77%), Vestuário (12,49%), Saúde e Cuidados Pessoais (8,85%) e Despesas Pessoais (15,68%). O

período de coleta vai do primeiro dia do mês ao último dia do mês de referência e a divulgação ocorre próxima ao dia 15 do mês posterior.

IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado Especial)

Possui a mesma estrutura do IPCA, diferenciando-se somente pelo período de coleta, que se dá entre o dia 15 do mês anterior e 15 do mês de referência. Este índice foi especialmente criado para a correção da UFIR e a partir de Dez/94 passou a ser divulgado trimestralmente. Foi o indexador oficial da economia brasileira de Dez/85 até o Plano Cruzado

IPI

Imposto sobre Produtos Industrializados. É um imposto federal cobrado das indústrias sobre o total das vendas de seus produtos e das pessoas jurídicas responsáveis pela importação de produtos em geral. Sua alíquota é variável.

IPTU

Imposto Predial e Territorial Urbano. É um imposto municipal recolhido anualmente (normalmente parcelado em algumas prestações mensais) pelos proprietários de edificações (casas, apartamentos etc.) e terrenos urbanos. Sua alíquota e sua metodologia de cálculo variam de um Município para outro.

IPVA

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores. É um tributo estadual pago anualmente pelo proprietário de todo e qualquer veículo automotor ao qual seja exigido emplacamento. Do total arrecadado, 50% cabem ao Estado e 50% ao Município onde ocorreu o emplacamento.

IRPF

Imposto de Renda das Pessoas Físicas. É um tributo federal. Pagam-no as pessoas físicas sobre sua renda (alíquotas de 15% e 27,5%, com isenção até determinado valor), sobre ganhos de capital, como o lucro imobiliário (15%) e sobre o rendimento de aplicações financeiras (20%).

IRPJ

Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas. É um tributo federal. Pagam-no as pessoas jurídicas não imunes/isentas sobre seu Lucro Real (alíquota única de 15% e adicional de 10% acima da base de cálculo de R\$ 20.000/mensal), após as adições e exclusões efetuadas sobre os lançamentos constantes do Lalur (Livro de Apuração do Lucro Real), ou sobre o Faturamento/Receita Bruta, caso a empresa haja optado pelo pagamento do IR por Lucro Presumido, cujo percentual de presunção oscila entre 1,6% a 32%, conforme o tipo de atividade da empresa.

IRRF/PF

Imposto de Renda Retido na Fonte – Pessoa Física. É o imposto de renda da pessoa física que é retido no ato do pagamento do salário, pro labore, férias, 13o salário e outras vantagens pessoais. Esse desconto mensal (IRRF) não isenta o Contribuinte do pagamento do imposto de renda remanescente apurado quando da apresentação de sua Declaração de Rendimentos (Declaração de Ajuste Anual) no ano seguinte.

IRRF/PJ

Imposto de Renda Retido na Fonte – Pessoa Jurídica. É o imposto retido sobre os pagamentos efetuados por uma pessoa jurídica a outra pessoa jurídica, variando de 1,0% a 1,5%, dependendo da atividade da empresa prestadora de serviço. O valor retido será compensado quando da apuração do Imposto de Renda devido.

ISS

Imposto Sobre Serviços é um tributo municipal. Incide sobre a prestação, por pessoas físicas e jurídicas, de serviços listados sujeitos ao imposto. A alíquota varia conforme a legislação de cada Município, indo de 2 a 5%.

ITBI

Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis. É um imposto municipal, de responsabilidade do comprador, pago/recolhido por este nas transações imobiliárias.

ITCD

Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direito. É um imposto estadual sobre a transmissão de herança e doações.

ITR

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, também chamado de Imposto Territorial Rural. Equivalente ao IPTU (municipal) paga os proprietários dos imóveis territoriais rurais.

IVA

Sistema de cobrança de imposto apenas sobre o valor adicionado ou agregado ao preço anterior do produto. Ver Imposto Não-Cumulativo

Joint-Venture

Associação entre empresas ou entre países para trabalharem juntos em projetos ou empresas, cujo capital fazem parte.

Joint-Venture

Associação de empresas para o desenvolvimento e execução de um projeto específico.

Juros Futuros

São os contratos negociados na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) em que os investidores apostam na tendência das taxas no futuro. LBC – Letra do Bacen. Papel com taxa pós-fixada que rende a taxa Selic.

Keidaren

A mais importante associação empresarial japonesa, agrupando empresas e organizações dos mais variados ramos de negócio.

Laissez-Faire, Laissez-Passer

Palavra de ordem do liberalismo econômico, cunhada no século XVIII pelos fisiocratas franceses, proclamando a mais absoluta liberdade de produção e comercialização de mercadorias. Em tradução direta significa “deixar fazer, deixar passar”.

Leasing

Modalidade de crédito profissional formada por um contrato de locação de equipamentos mobiliários ou imobiliários, acompanhado de uma promessa de venda ao locatário.

Leasing

Operação financeira entre uma empresa proprietária de determinados bens (máquina, carro, etc.) e uma pessoa jurídica, que usufrui desses bens contra o pagamento de prestações. A grande vantagem do leasing é a não imobilização de capital, sobretudo nos casos em que o valor do bem é muito alto e que terá utilização limitada.

Legalização de uma firma

O processo de legalizar uma firma passa por uma série de passos a serem cumpridos, para uma rápida obtenção de toda documentação necessária para operar. Após o registro do Contrato Social e obtenção do CNPJ, seguem-se os registros na Secretaria da Fazenda do Estado quando existam operações comerciais, e na Prefeitura Municipal da sede do estabelecimento, bem como de filiais se estas existirem.

Legalização empresa

O processo de legalizar uma empresa passa por uma série de passos a serem cumpridos, para uma rápida obtenção de toda documentação necessária para operar. Após o registro do Contrato Social e obtenção do CNPJ, seguem-se os registros na Secretaria da Fazenda do Estado quando existam operações comerciais, e na Prefeitura Municipal da sede do estabelecimento, bem como de filiais se estas existirem.

Legalização sociedade

O processo de legalizar de uma sociedade passa por uma série de passos a serem cumpridos, para uma rápida obtenção de toda documentação necessária para operar. Após o registro do Contrato Social e obtenção do CNPJ, seguem-se os registros na Secretaria da Fazenda do Estado quando existam operações comerciais, e na Prefeitura Municipal da sede do estabelecimento, bem como de filiais se estas existirem.

Lei Anti Truste

Conjunto de leis promulgadas nos Estados Unidos para restringir a ação monopolista de certas grandes empresas.

Letra de Câmbio

Título comercial, através do qual um credor, chamado de emitente, ordena que o devedor, ou sacado, pague no prazo indicado uma importância precisa a uma terceira pessoa designada, o beneficiário.

Letra de Câmbio

Tipo de título negociável no mercado. Consiste numa ordem de pagamento em que uma pessoa ordena que uma segunda pessoa pague determinado valor para um terceiro. Deve trazer, de forma explícita, o valor do pagamento, a data e o local para efetuá-lo.

Letra do Tesouro

Qualquer título emitido pelo governo federal, com prazo fixo e que paga juros de mercado. As Letras do Tesouro são usadas como instrumento de controle do dinheiro circulante e de financiamento a investimento e obras públicas.

Leverage

Igual a alavancagem.

Libor

É a taxa de juros cobrada sobre os empréstimos em moeda estrangeira e que vigora no mercado financeiro internacional de Londres.

LIBOR (London Interbank Ordinary Rate)

É a taxa de juros normalmente cobrada pelos bancos londrinos.

Linha de Crédito

É um acordo sujeito a revisões periódicas, que um banco e um cliente fazem para tomar crédito de forma simples, dentro de um limite previamente estabelecido.

Longo Prazo

Usualmente maior que 1 ano.

LP

Longo Prazo.

LTN

Letras do Tesouro Nacional. Tem juros prefixados e prazo máximo de 28 dias. Serve para cobertura de déficit orçamentário do Governo.

Lucro Líquido

É o valor da Receita de Vendas Líquida menos o Custo do Produto Vendido menos todas as despesas operacionais menos o Imposto de Renda do exercício.

Lucro Operacional

É o valor da Receita de Vendas Líquida menos todas as despesas, exceto Imposto de Renda e outros itens não relacionados ao negócio principal da empresa.

Lucro por Ação

É o lucro líquido após o Imposto de Renda dividido pelo número de ações.

Lucro Retido

São lucros acumulados após Imposto de Renda. Se houver um conjunto de prejuízos, este valor pode ser negativo.

Lucros Acumulados

Resultado positivo acumulado da entidade, legalmente ficam em destaque mas, tecnicamente, enquanto não distribuídos ou capitalizados, podem ser considerados como reservas de lucros.

M & A (Merger and Acquisition)

Significa fusão e/ou aquisição de uma empresa por outra.

Mão-de-obra direta

É aquela que utiliza-se para transformar matéria-prima num produto terminado. Os custos de mão-de-obra direta são aqueles que se podem identificar especificamente com a unidade do produto e que se supõe existir uma relação direta.

Margem Bruta

É o lucro que a empresa obtém antes das Despesas Operacionais.

Margem Líquida

É o valor do Lucro após o Imposto de Renda dividido pela Receita de Vendas Líquida.

Margem Operacional

É o lucro operacional dividido pela Receita de Vendas Líquida.

Marketing

Estudo do mercado que visa a planejar possíveis lançamentos de produtos em um futuro próximo ou distante (prospectivos), e que leva em consideração as necessidades existentes ou possíveis, e as perspectivas de pesquisa e de adaptação da empresa.

Matéria-Prima

São aqueles materiais que entram e formam parte do produto terminado.

Maxidesvalorização

A princípio, qualquer desvalorização drástica de uma moeda pode ser denominada maxidesvalorização.

Mercado Aberto

Instrumento de intervenção do Banco Central no mercado monetário através da compra e venda de títulos.

Mercado Comum Europeu

Entidade supranacional que congrega doze países da Europa Ocidental (Alemanha, França, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo em 1957; Irlanda, Inglaterra e Dinamarca em 1973; Grécia em 1981 e Portugal e Espanha em 1986). Os países membros estabeleceram um sistema que tende a fundir seus mercados nacionais em um único mercado, instituindo facilidades para circulação entre eles de mercadorias e serviços; capitais e mão de obra.

Mercado de Capitais

Toda a rede de Bolsas de Valores e instituições financeiras (bancos, companhias de investimento e de seguro) que opera com compra e venda de papéis (ações, títulos de dívida em geral).

Mercados Emergentes

São os mercados de capitais dos países em desenvolvimento e de segmentos com potencial de crescimento.

Monopólio

Situação de um mercado em que não existe concorrência na oferta: só se apresenta um único vendedor.

Montar sociedade

O processo de montar uma sociedade passa por uma série de passos a serem cumpridos, para uma rápida obtenção de toda documentação necessária para operar. Após o registro do Contrato Social e obtenção do CNPJ, seguem-se os registros na Secretaria da Fazenda do Estado quando existam operações comerciais, e na Prefeitura Municipal da sede do estabelecimento, bem como de filiais se estas existirem.

Montar uma empresa

O processo de montar uma empresa passa por uma série de passos a serem cumpridos, para uma rápida obtenção de toda documentação necessária para operar. Após o registro do Contrato Social e obtenção do CNPJ, seguem-se os registros na Secretaria da Fazenda do Estado quando existam operações comerciais, e na Prefeitura Municipal da sede do estabelecimento, bem como de filiais se estas existirem.

Montar uma firma

O processo de montar uma firma passa por uma série de passos a serem cumpridos, para uma rápida obtenção de toda documentação necessária para operar. Após o registro do Contrato Social e obtenção do CNPJ, seguem-se os registros na Secretaria da Fazenda do Estado quando existam operações comerciais, e na Prefeitura Municipal da sede do estabelecimento, bem como de filiais se estas existirem.

Moratória

Disposição que suspende unilateralmente o pagamento num prazo fixado por lei ou por força de um contrato.

NAFTA (North American Free Trade Agreement)

O NAFTA é a ampliação do acordo de livre comércio existente entre os Estados Unidos e o Canadá desde 1989, com a inclusão do México em 1994. Preve a a eliminação de taxas alfandegárias entre os três países ate 2009.

NBC-E

Nota do BACEN – Série Especial. É um papel corrigido pela variação do dólar comercial. Tem juros negociados além da mencionada correção cambial. Prazo mínimo de três meses. Esse título é vendido com deságio sobre o valor nominal.

NBC-F

Nota do BACEN – Corrigida pela variação do Dólar Flutuante. Destina-se à proteção do investidor de uma desvalorização brusca da moeda nacional.

NF

Nota Fiscal. Documento de emissão obrigatória por todas as pessoas jurídicas, civis e mercantis, no ato da comercialização de bens, produtos, mercadorias e serviços. É emitida nas vendas à vista ou nas vendas a prazo (faturadas/a prestação). Através desse documento é possível à fiscalização fazendária proceder ao levantamento do imposto devido e não recolhido. A sua não emissão ou a emissão com valor inferior (a chamada meia-nota) é uma das práticas lesivas ao Fisco mais comuns, sendo a maior responsável pela evasão/sonegação de Receita Tributária.

Normas internacionais de contabilidade

São um conjunto de pronunciamentos de contabilidade internacionais publicados e revisados pelo IASB.

Nota fiscal

Registro por escrito de uma transação, geralmente dado a um cliente quando um serviço ou produto é fornecido e prevê o dia do pagamento.

Nota Promissória

Título de dívida líquida e certa pelo qual a pessoa se compromete a pagar a outra certa quantia em dinheiro num determinado prazo. Por se tratar de título emitido pelo devedor a favor do credor, dispensa a formalidade do aceite.

Nota Promissória

Título emitido pelo devedor, que se obriga a pagar o seu credor, ou a sua ordem, uma determinada importância, numa data de vencimento definida.

Notas Explicativas (NE)

Visam fornecer as informações necessárias para esclarecimento da situação patrimonial, ou seja, de determinada conta, saldo ou transação, ou de valores relativos aos resultados do exercício, ou para menção de fatos que podem alterar futuramente tal situação patrimonial, ou ainda, poderá estar relacionada a qualquer outra das Demonstrações Financeiras, seja a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, seja a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.

NTN

Nota do Tesouro Nacional. É um papel que têm várias destinações. Pode ser para cobrir rombos do Orçamento da União ou até para troca de dívida externa (em dólares) por dívida interna. Tem várias séries, cada uma com um tipo de correção: cambial, índices variados de inflação, TR, TJLP, etc.

Obrigações

São dívidas ou compromissos de qualquer espécie ou natureza assumidos perante terceiros, ou bens de terceiros que se encontram em nossa posse.

Oferta

Quantidade de um bem ou serviço que pode ser vendido por um preço definido, em um dado mercado, durante um período de tempo determinado.

Orçamento

É um planejamento financeiro para mostrar as receitas de vendas, custos e despesas projetadas de um determinado período. É composto de diversas partes. Entre elas a mais importante é o Fluxo de Caixa projetado. Serve para controlar as contas da empresa.

Orçamento de contabilidade

Plano financeiro estratégico de uma administração para determinado exercício.

Ordem de Pagamento

Qualquer documento escritural em que uma pessoa autoriza outra a receber pagamento de uma terceira. Nesse contexto, as ordens de pagamento mais comuns são o próprio papel moeda e o cheque.

Organização contábil

Conjunto de bens, direitos e obrigações de uma entidade.

OSCIP

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público é uma qualificação decorrente da lei 9.790 de 23/03/99. A OSCIP deve obter um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos.

Outsourcing

São a transferência das atividades conhecidas como atividades meio, e nunca as atividades fins (produto final), para uma empresa terceirizada.

Outsourcing contábil

Uso estratégico de recursos externos para a realização de atividades tradicionalmente realizadas pelos recursos e equipes internos.

Overnight

Indica as aplicações financeiras feitas no open-market em um dia para ser resgatado no dia seguinte.

P/L

Índice Preço/Lucro. É o quociente da divisão do preço da ação. Assim, o P/L é o número de anos que se levaria para reaver o capital aplicado na compra de uma ação, através do recebimento do lucro gerado pela empresa.

PAR

Valor de uma ação ou título igual ao oficial ou nominal.

Paraísos Fiscais

Pequenos Estados que cobram impostos muito baixos ou não os cobram. Como exemplos podemos citar : Hong Kong, Bahamas, Luxemburgo, Suíça e Panamá.

Participação nos Lucros

Fração dos lucros de uma sociedade, a serem distribuídos, após dividendos e outras gratificações, aos administradores e funcionários como remuneração complementar.

Passivo

São recursos, próprios e de terceiros, que a empresa capta para financiar seu Ativo.

Passivo a Descoberto

Quando o total de ativos (bens e direitos) da entidade é menor do que o passivo exigível (obrigações).

Passivo Circulante

Obrigações ou exigibilidades que deverão ser pagas no decorrer do exercício seguinte; duplicatas a pagar, contas a pagar títulos a pagar, empréstimos bancários, imposto de renda a pagar, salários a pagar.

Passivo Exigível

São as obrigações financeiras para com terceiros. Contas do passivo exigível têm saldos credores.

Passivos

Tudo o que a empresa deve a outras: contas a pagar, débito de cartão de crédito, hipotecas, etc.

Patente

Documento emitido pelo INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial) e concedido a um inventor ou a seus representantes, a fim de proteger seus direitos de propriedade e de exploração de uma invenção de caráter industrial.

Patrimônio

Valor líquido da empresa quando todos os ativos e passivos são contabilizados.

Patrimônio Líquido

Valor que os proprietários têm aplicado. Contas do patrimônio líquido têm saldos credores, divide-se em – Capital social; Reservas de capital; Reservas de reavaliação, Reservas de lucros; e Lucros/Prejuízos acumulados.

Penhor

Bem móvel pertencente a um devedor e que é dado em garantia a seu credor para assegurar a liquidação de sua dívida.

Permanente

Relacionam-se com a inexistência de intenção da empresa em convertê-los em dinheiro.

Pessoa Jurídica

Qualquer instituição (empresa, sociedade, corporação, etc.) que se personaliza e individualiza, distinguindo-se das pessoas físicas que a formam.

PIB

Produto Interno Bruto. É a soma de todos os bens e serviços produzidos em uma localidade, região ou País durante o ano.

PIB (Produto Interno Bruto)

É a medida do produto gerado na economia durante um determinado período de tempo. O cálculo é feito em unidades monetárias (Reais, Dólares, etc.) porque essa é a única forma de somar coisas tão distintas como bens (carros, toneladas de trigo, etc.) e serviços (o produto gerado em escolas, bancos, barbeiros, hospitais, etc.). A sua variação anual reflete o quanto a economia produziu a mais, ou a menos, que no ano anterior. A variação de 5,8% em 1994, por exemplo, mostra o quanto os brasileiros produziram a mais neste ano em relação ao anterior, já descontada a inflação do período. Por outro lado, é muito importante

relacionar o crescimento da produção com o da população do país, pois, é esta relação que determinará se, na média, a população está “enriquecendo” ou não. Como exemplo pode-se observar os resultados do ano de 1991: mesmo com o crescimento de 0,3% do PIB, a evolução do PIB per capita foi negativa (-1,3%), evidenciando que a população cresceu mais do que a produção naquele ano, mostrando que, na média, a população empobreceu. É importante lembrar que o PIB per capita é apenas uma média indicativa: a distribuição deste ganho ou perda se dá de forma desigual entre as diferentes pessoas, e este efeito não é captado por este indicador.

PIB per capita

É muito importante relacionar o crescimento da produção (PIB) com o da população do país, pois, é esta relação que determinará se, na média, a população está “enriquecendo” ou não. Como exemplo pode-se observar os resultados do ano de 1991: mesmo com o crescimento de 0,3% do PIB, a evolução do PIB per capita foi negativa (-1,3%), evidenciando que a população cresceu mais do que a produção naquele ano, mostrando que, na média, a população empobreceu. É importante lembrar que o PIB per capita é apenas uma média indicativa: a distribuição deste ganho ou perda se dá de forma desigual entre as diferentes pessoas, e este efeito não pode ser captado neste indicador.

PIS/PASEP

Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público. Para mantê-los, as pessoas jurídicas são obrigadas a contribuir com uma alíquota variável (de 0,65% a 1,65%) sobre o total das receitas, com exceção das microempresas e empresas de pequeno porte que hajam aderido ao SIMPLES.

Ponto de Equilíbrio

É o ponto em que as receitas de vendas líquidas menos, custos dos produtos vendidos é igual aos custos fixos da empresa. É o volume de vendas necessário para nem se ter lucro nem prejuízo.

Poupança

Destino dado aos rendimentos monetários não utilizados para consumo, seja por entesouramento, aplicação, empréstimo ou para investimento direto futuro.

Prejuízos acumulados

Conta que registra as perdas acumuladas da entidade, já absorvidas pelas demais reservas ou lucros acumulados.

Prêmio

Indenização previamente combinada que o comprador a prazo de um valor em bolsa paga ao vendedor no dia da liquidação, em caso de desistência de uma operação já contratada.

Prestação de serviços contábeis

Empresa especializada na colocação de mão de obra para os serviços de contabilidade.

Prime Rate

Taxa de juros cobrada por bancos norte-americanos de clientes preferenciais de baixo risco.

Prime Rate

Indica nos Estados Unidos, a taxa preferencial de juros, mais baixa que a vigente no mercado e cobrada de tomadores de empréstimos privilegiados.

Principal

Valor da dívida ou financiamento, sem considerar os juros.

Princípio da atualização monetária

Existe em função do fato de que a moeda – embora universalmente aceita como medida de valor – não representa unidade constante de poder aquisitivo. Por conseqüência, sua expressão formal deve ser ajustada, a fim de que permaneçam substantivamente corretos – isto é, segundo as transações originais – os valores dos componentes patrimoniais e, via de decorrência, o Patrimônio Líquido.

Princípio da Competência

É o Princípio que estabelece quando um determinado componente deixa de integrar o patrimônio, para transformar-se em elemento modificador do Patrimônio Líquido.

Princípio da Continuidade

Afirma que o patrimônio da Entidade, na sua composição qualitativa e quantitativa, depende das condições em que provavelmente se desenvolverão as operações da Entidade. A suspensão das suas atividades pode provocar efeitos na utilidade de determinados ativos, com a perda, até mesmo integral, de seu valor. A queda no nível de ocupação pode também provocar efeitos semelhantes.

Princípio da Entidade

Reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por conseqüência, nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Princípio da Oportunidade

Refere-se, simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinando que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

Princípio da Prudência

Determina a adoção do menor valor para os componentes do ATIVO e do maior para os do PASSIVO, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o Patrimônio Líquido.

Princípio registro pelo valor original

Determina que os componentes do patrimônio devem ser registrados pelos valores originais das transações com o mundo exterior, expressos a valor presente na moeda do País, que serão mantidos na avaliação das variações patrimoniais posteriores, inclusive quando configurarem agregações ou decomposições no interior da Entidade.

Princípios contábeis

Regras que passaram a ser seguidas e aceitas – constituindo-se a teoria que fundamenta a Ciência Contábil. No Brasil, os princípios contábeis são os estabelecidos pela Resolução CFC 750/93 – sendo utilizados na formação deste glossário.

Privatização

Aquisição ou incorporação de uma companhia ou empresa pública por uma empresa privada.

Processamento de contabilidade

Ordem de produção usada na indústria de processo.

Processamento de folha de empregados

Envolve o pagamento de funcionários para o seu tempo trabalhado.

Produção

Criação de um bem ou de um serviço adequado para a satisfação de uma necessidade.

Produção Industrial

A pesquisa mensal industrial do IBGE fornece, mensalmente, uma estimativa do movimento do produto da indústria em termos físicos. Trata-se de um índice de quantum (análise das quantidades produzidas), cuja base de comparação instituída pelo IBGE é atualmente o ano de 1991. O índice sazonalmente ajustado é aquele que procura, através de modelos estatísticos, eliminar os movimentos previsíveis de alta ou queda de produção para cada setor. Como exemplo de um movimento sazonal, temos o tradicional crescimento da produção de bens de consumo nos últimos meses do ano, em função da expectativa de um maior volume de vendas, devido ao Natal. Uma série ajustada sazonalmente já elimina este movimento previsível, ficando como resultado apenas a variação “pura” daquele período. Assim, hipoteticamente, se tivermos uma variação de +3%, já sazonalmente ajustada, na comparação entre a produção de um determinado bem no mês de novembro de 1996, em relação à realizada em fevereiro de 1996, isto representaria que, já descontado o movimento médio esperado para o período, houve um crescimento de 3% na produção – o ajuste sazonal torna possível a comparação “pura” entre dados.

Proposta de serviços contábeis

Oferecer sempre os melhores serviços em contabilidade.

Provisão devedores duvidosos

Tendo por base as perdas verificadas em períodos anteriores num determinado valor para cobertura das duplicatas que venham a ser consideradas incobráveis.

Provisão para devedores duvidosos

Conta que registra as perdas verificadas em períodos anteriores num determinado valor para cobertura das duplicatas que venham a ser consideradas incobráveis.

Quinta feira Negra

O dia 24 de outubro de 1929, quando teve início a queda na Bolsa de Valores de Nova York, desencadeando a Grande Depressão que estenderia até meados da década de 30

Razão Social

É o nome devidamente registrado sob o qual uma pessoa jurídica se individualiza e exerce suas atividades. A razão social diferencia-se do nome dado a um estabelecimento ou do nome comercial com que a empresa pode ser reconhecida junto ao público

Realizável (CP)

É igual a Duplicatas a Receber + Estoques + Adiantamento a Fornecedores + Despesas Antecipadas ou Diferidas + Outras Contas CP.

Realizável à longo prazo

Direitos realizáveis após o término do exercício subsequente; direitos derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, acionistas, diretores ou participantes no lucro (não constituem negócios usuais).

Recebíveis

São títulos de crédito originados do faturamento de bens e serviços vendidos e, usualmente, entregues. Podem ser duplicatas, notas promissórias e etc..

Receita Bruta

É aquela que ocorre no período contábil na qual se realiza. Isto é, quando os artigos são embarcados ou expedidos para o cliente, e não no pedido, no contrato, etc.. A data de registro da Receita de Vendas é a da remessa ao cliente ou data da fatura.

Receita Líquida

É a Receita de Vendas menos os impostos de vendas (ICMS), (IPI), as devoluções e os descontos.

Receitas

São entradas de elementos para o ativo da empresa, na forma de bens ou direitos que sempre provocam um aumento da situação líquida.

Receitas de um período, mas não recebidas no mesmo período

Apresenta-se no Ativo como Contas a Receber. Ex.: Um produto vendido no ano, cujo recebimento será no próximo.

Receitas do Ano Atual

Recebe-se o que se vende no mesmo ano. Apresenta-se no Demonstrativo de Resultados. Ex.: Vendas à Vista.

Receitas e Entradas

Como nas Despesas, as Receitas podem se referir a períodos diferentes aos dos ingressos de dinheiro.

Receitas Recebidas Antecipadamente

Apresenta-se no Passivo como Receitas Diferidas. Pode se classificada como Adiantamento de Clientes. Ex.: Valores adiantados para construção de um imóvel.

Redesconto

São duas as operações de redesconto no Brasil: redescontos de liquidez ou especiais. Os especiais são refinanciamentos de operações específicas, previstas por lei como financiamentos de produtos agrícolas, à exportação de manufaturados, etc. Quanto ao empréstimo de liquidez, trata-se de uma operação eventual, para cobrir o caixa de bancos com problemas momentâneos de liquidez. Por exemplo, caso um banco se programe para um volume de saque líquido de R\$ x,xx na compensação de um determinado dia, e, na verdade ele foi superior a esta quantia, para que as operações deste banco sejam honradas, o BACEN empresta o valor necessário a este banco, cobrando uma taxa de juros superior à taxa média cobrada no mercado financeiro.

Regime de caixa

Quando, na apuração dos resultados do exercício são considerados apenas os pagamentos e recebimentos efetuados no período. Só pode ser utilizado em entidades sem fins lucrativos, onde os conceitos de recebimentos e pagamentos muitas vezes identificam-se com os conceitos de receitas e despesas.

Regime de competência

Quando, na apuração dos resultados do exercício, são consideradas as receitas e despesas, independentemente de seus recebimentos ou pagamentos. É obrigatório nas entidades com fins lucrativos.

Registrar empresa

O processo de registro de uma empresa passa por uma série de passos a serem cumpridos, para uma rápida obtenção de toda documentação necessária para operar. Após o registro do Contrato Social e obtenção do CNPJ, seguem-se os registros na Secretaria da Fazenda do Estado quando existam operações comerciais, e na Prefeitura Municipal da sede do estabelecimento, bem como de filiais se estas existirem.

Registrar firma

O processo de registro de uma firma passa por uma série de passos a serem cumpridos, para uma rápida obtenção de toda documentação necessária para operar. Após o registro do Contrato Social e obtenção do CNPJ, seguem-se os registros na Secretaria da Fazenda do Estado quando existam operações comerciais, e na Prefeitura Municipal da sede do estabelecimento, bem como de filiais se estas existirem.

Registrar sociedade

O processo de registrar uma sociedade passa por uma série de passos a serem cumpridos, para uma rápida obtenção de toda documentação necessária para operar. Após o registro do Contrato Social e obtenção do CNPJ, seguem-se os registros na Secretaria da Fazenda do Estado quando existam operações comerciais, e na Prefeitura Municipal da sede do estabelecimento, bem como de filiais se estas existirem.

Registro de alteração contratual

Procedimento pelo qual a sociedade altera cláusulas do contrato social, tais como: alteração do quadro societário, alteração do objeto social; aumento ou redução de capital social; alteração da administração e outros. É obrigatório o arquivamento do documento na Junta Comercial ou RCPJ.

Registro de uma empresa

O processo de registro de uma empresa passa por uma série de passos a serem cumpridos, para uma rápida obtenção de toda documentação necessária para operar. Após o registro do Contrato Social e obtenção do CNPJ, seguem-se os registros na Secretaria da Fazenda do Estado quando existam operações comerciais, e na Prefeitura Municipal da sede do estabelecimento, bem como de filiais se estas existirem.

Registro de uma firma

O processo de registro de uma firma passa por uma série de passos a serem cumpridos, para uma rápida obtenção de toda documentação necessária para operar. Após o registro do Contrato Social e obtenção do CNPJ, seguem-se os registros na Secretaria da Fazenda do Estado quando existam operações comerciais, e na Prefeitura Municipal da sede do estabelecimento, bem como de filiais se estas existirem.

Registro sociedade

O processo de registrar uma sociedade passa por uma série de passos a serem cumpridos, para uma rápida obtenção de toda documentação necessária para operar. Após o registro do Contrato Social e obtenção do CNPJ, seguem-se os registros na Secretaria da Fazenda do Estado quando existam operações comerciais, e na Prefeitura Municipal da sede do estabelecimento, bem como de filiais se estas existirem.

Renda Fixa

Rendimento discriminado anteriormente e, geralmente expresso no corpo do título. CDB, LTN, cadernetas de poupança e títulos de crédito possuem renda fixa, que pode ser inteiramente pré-fixada ou vinculada à correção monetária.

Renda Nacional

Agregado representativo do fluxo dos recursos nacionais em bens e serviços, gerados ao longo de um determinado período. Incluem salários, rendimentos de profissionais liberais, lucros privados e lucros obtidos por empresas públicas, juros, aluguéis e receitas provenientes de arrendamento.

Renda per Capita

Resultado da divisão do montante total da renda de uma localidade, região ou país pelo número de pessoas. Em economia, indicador usado para medir o grau de desenvolvimento.

Renda Pós-Fixada

É o rendimento que paga correção monetária no período da aplicação mais juros (% ano), sobre o valor corrigido da aplicação. Nesta aplicação o investidor só fica sabendo qual será o seu rendimento no vencimento do título.

Renda Prefixada

É o rendimento que o investidor fica sabendo no ato da aplicação quanto vai ganhar. O seu rendimento é fixado no ato da aplicação dos recursos.

Reservas Cambiais

As reservas cambiais refletem o montante de moeda estrangeira (e ouro) acumulado pelo país. O resultado do Balanço de Pagamentos, que reflete o resultado monetário das transações de bens e serviços realizadas pelos brasileiros com o exterior (Saldo em transações correntes), assim como o fluxo de capitais entre o país e o exterior (sejam empréstimos, financiamentos, aplicações em mercado financeiro, investimento direto em plantas industriais, etc.), vai exprimir se houve acúmulo ou perda de moeda estrangeira no período, refletindo, portanto a variação das reservas cambiais. Vale lembrar que o Balanço de Pagamentos registra somente um fluxo monetário dentro de um determinado período (em geral os resultados são apresentados em trimestres ou anuais), enquanto que as Reservas Cambiais revelam o estoque de moedas estrangeiras em um

determinado momento. Assim, podemos dizer que o Brasil, em dezembro de 1995, contava com um estoque de 52 bilhões de dólares em moeda estrangeira (Reservas Cambiais), e que, ao longo de 1995 houve um acúmulo de 13.5 bilhões de dólares no país.

Reservas de capital

São contribuições recebidas por proprietários ou de terceiros, que nada têm a ver com as receitas ou ganhos.

Reservas de lucros

São obtidas pela apropriação de lucros da companhia ou da empresa por vários motivos, por exigência legal, estatutária ou por outras razões.

Reservas de reavaliação

Indicam acréscimo de valor ao custo de aquisição de Ativos já corrigidos monetariamente, baseado no mercado.

Resultado de exercício futuro

Compreende as receitas recebidas antecipadamente (receita antecipada) que de acordo com o regime de competência pertence a exercício futuro.

Resultado operacional (lucro ou prejuízo operacional)

É aquele que representa o resultado das atividades, principais ou acessórias, que constituem objeto da pessoa jurídica.

Risco

Elemento de incerteza que pode afetar a atividade de um agente ou o desenrolar de uma operação econômica.

Rotinas Departamento Pessoal

Organiza as férias, horas trabalhadas, contrata e demite.

Saídas de Caixa

São quaisquer pagamentos efetuados por caixas e bancos, tais como: pagamentos de fornecedores, salários e benefícios, impostos, aluguéis, parte à vista da compra de equipamentos, honorários, pró-labore dos cotistas, prêmios de seguro e outras despesas.

Salário Mínimo

Menor salário fixado por lei, a fim de garantir aos assalariados das categorias menos favorecidas um rendimento correspondente ao mínimo vital, definido em relação a um determinado meio social.

Sazonalidade

Flutuações no ciclo produtivo ou de vendas de um determinado bem, serviço ou setor econômico devido a fatores exógenos, ao longo de um determinado período.

SEFIP

Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social.

Segurança na contabilidade

A margem de segurança é um indicador estático do risco econômico de exploração.

SELIC

Sigla do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É um sistema computadorizado do Banco Central onde são registradas todas as operações de débitos e créditos feitas apenas entre bancos e demais instituições financeiras credenciadas. Pelo Selic, portanto, é possível calcular a média dos juros que o governo paga aos bancos que lhe emprestam dinheiro. Essa média, que é a Taxa Over-Selic, serve de referência para o cálculo de todas as outras taxas de juros do País. Por isso ela é também chamada de taxa de juro básico.

Serviço contábil

Responsável pela execução orçamentária e financeira do instituto, bem como o controle e execução das verbas de convênio.

Serviço de contabilidade

Responsável pela execução orçamentária e financeira do instituto, bem como o controle e execução das verbas de convênio.

Serviços

Prestações de assistência ou realização de tarefas que contribuem para a satisfação das necessidades individuais ou coletivas, de outro modo que não seja pela transferência da propriedade de um bem material.

Serviços de departamento fiscal

Cabe o cuidado com as notas fiscais de vendas, compras ou prestação de serviços de sua empresa. Além de todo o trabalho de escrituração dos livros fiscais, apuração dos impostos, e atendimento das obrigações acessórias.

Serviços de Departamento Pessoal

Responsável pela parte burocrática (relativo a legislação Trabalhista e Previdenciária). É o setor que elabora a folha de pagamento, faz registro das carteiras dos funcionários, calcula as guias do INSS e FGTS para pagamento, cuida da parte demissional.

SICAF

O SICAF é um Sistema automatizado de informações que viabiliza o cadastramento de fornecedores de materiais e serviços para os órgãos/entidades da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, no âmbito do Sistema Integrado de Serviços Gerais – SISG. Uma vez inscrito no SICAF o fornecedor estará cadastrado perante qualquer órgão/entidade integrante do SISG, em todo o Território Nacional, independente do local onde tenha ocorrido o cadastramento. O SICAF é acessado de forma ON-LINE, por todas as unidades de Serviços Gerais, por meio de equipamentos de informática interligada à rede de teleprocessamento do Governo Federal.

Simples

Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de que trata a Lei 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

SISBACEN

Sistema de computadores do BACEN. É nele que são registradas saídas e entradas de dólares do país e por onde são feitos vários avisos, entre eles a liquidação de instituições financeiras, etc.

Sociedade

Sociedade é o conjunto de pessoas que compartilham propósitos, preocupações e costumes, e que interagem entre si constituindo uma comunidade ou, ainda, o conjunto de seres humanos no sentido de pessoas convivendo em grupo o que, neste caso, faz da sociedade um objeto de estudo da sociologia. Porém, pode-se

ter sociedade como uma instituição, é o caso das empresas S.A's. (sociedades anônimas) ou, ainda, como uma casa em que se reúnem membros de uma agremiação (sociedade de poetas e maçonaria, por exemplo).

Sociedade Anônima

Sociedade comercial formada por, no mínimo, sete sócios, sendo o capital de cada um representado pelo número proporcional de ações e sua responsabilidade limitada ao capital investido.

Sociedade Limitada

Sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada : cada sócio responde apenas na medida da sua cota. Deve adotar uma razão social que explique o quanto possível, o objetivo da sociedade e seja sempre seguida da palavra "limitada" ou "Ltda.".

Spread

Margem adicionada à taxa aplicável a um crédito, título ou moeda. O spread é variável conforme a liquidez, garantias do tomador, o volume do empréstimo e o prazo de resgate. Este termo também é utilizado quando se negocia títulos e moedas no mercado de balcão.

Spread

Taxa adicional de risco cobrada no mercado financeiro, sobretudo o internacional. É variável de acordo conforme a liquidez do tomador, volume de empréstimo e o prazo de resgate.

SRF

Secretaria da Receita Federal, órgão do Ministério da Fazenda encarregado da administração e arrecadação de tributos federais.

Swap

Troca feita entre moedas, títulos, indexadores e prazos diferentes e efetuada entre bancos e organizações por meio de contratos, com concordância prévia e cláusula de resgate: venda com promessa de recompra.

Swap

Concessão de empréstimo recíprocos entre bancos, em moedas diferentes e com taxas de câmbio idênticas. O swap costuma ser utilizado para antecipar recebimentos em divisas estrangeiras.

Taxa

É o tributo cobrado pelo Poder Público a título de indenização pela produção e oferecimento de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. Não pode, no entanto, ser confundido com os valores cobrados pela prestação de serviços públicos, através de empresas públicas ou de economia mista, tais como tarifas telefônicas, fornecimento de força/energia elétrica, água etc.

Taxa Básica de Juros

Taxa de juro anual fixada por um banco, que serve de referência para o cálculo das diferentes condições oferecidas por esse banco. Quando o Banco Central do Brasil a estabelece é chamada de Taxa Selic. Veja Selic.

Taxa de Desemprego

Nas pesquisas de emprego/desemprego são consideradas várias subdivisões da população: o total da população residente no local da pesquisa; o total de pessoas que estão trabalhando – seja como empregados, autônomos ou como empregadores – que é chamada de população “ocupada”; e, ainda, a parcela da população que está desocupada – ou seja, que está a procura de algum tipo de ocupação, seja ela formal ou não. Todas as pesquisas nesta área estabelecem critérios para limitar a população que julgam qualificadas a assumir algum tipo de ocupação – em geral uma idade mínima. Assim, sob este critério, a junção da

população ocupada e desocupada compõe a chamada “População Economicamente Ativa” (PEA). A taxa de desemprego aberto é aquela que relaciona o número de pessoas desocupadas, procurando trabalho na época da pesquisa, e a PEA. Na pesquisa mensal de emprego do IBGE, a população focada é a de idade igual ou superior a quinze anos, e a amostra da pesquisa se circunscreve a seis regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.

Taxa De Juros

É o custo do dinheiro no mercado. O BACEN é o órgão regulador da política de juros. Quando a taxa de juros está alta é sinônimo de falta de dinheiro no mercado. Ao contrário, quando está baixa, é porque está sobrando dinheiro no mercado. A taxa de juros é um dos mais importantes indicadores de política monetária.

Taxa Selic

É a taxa que reflete o custo do dinheiro para empréstimos bancários, com base na remuneração dos títulos públicos. Também é conhecida como taxa média do over que regula diariamente as operações interbancárias.

TBF (Taxa Básica Financeira)

Criada em 29/07/1995 pelo CMN (Conselho Monetário Nacional). Para o cálculo é utilizado uma amostra de 30 maiores Instituições Financeiras do país, a partir da remuneração mensal média dos CDBs e RDBs no prazo de 30 a 35 dias. É uma espécie de TR, mas sem o redutor. Tem por finalidade remunerar um novo tipo de caderneta de poupança com prazo mínimo de 90 dias criado pelo Governo dentro de um processo de desindexação. É um índice diário, divulgado pelo Banco Central com a cotação em % no período

Terceirização contábil

Contratação de terceiros, por parte de uma empresa, para as realizações de atividades que não lhe são essenciais, a fim de racionalizar seus custos, economizar recursos e desburocratizar sua administração.

Terceirização serviços contábeis

Refere-se a uma empresa que contrata empresas de contabilidades para prestar serviços contábeis.

Títulos do BACEN

Emitidos com o objetivo de fazer política monetária, ou seja, controlar o volume de dinheiro em circulação no sistema financeiro.

Títulos do Tesouro Nacional

São papéis emitidos pelo Tesouro para financiamento da dívida pública.

Títulos Públicos

São papéis lançados pelo Governo, podendo ser do Tesouro Nacional ou do BACEN.

TJLP

Taxa de juros de longo prazo. É utilizada como indexador básico de contratos de financiamento do BNDES e para operações com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TR (Taxa Referencial)

A partir de 29/07/1994, a TR voltou a ser calculada com base no índice de Remuneração Média dos CDBs, deduzida a taxa real de juros equivalente ao 1.3%. É a taxa que define o rendimento das Cadernetas de Poupança e do SFH (Sistema Financeiro de Habitação).

Transação

Todo ato por meio do qual uma unidade econômica manifesta sua participação na vida econômica.

Tribunal De Contas

Tribunal, no âmbito da administração das finanças públicas, encarregado do controle das contas das coletividades locais.

Tributo

No conceito clássico engloba, apenas, impostos, taxas de serviços públicos específicos e divisíveis e contribuição de melhoria (decorrente de obras públicas). O vocábulo tributo também é usado, no sentido genérico, para todo e qualquer valor, a qualquer título, pago ao Poder Público sem aquisição/compra/transferência de bens e/ou serviços diretos e específicos ou de concessão. Neste caso, o termo tributo alcança impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais e econômicas, encargos e tarifas tributárias (com características fiscais) e emolumentos que contribuam para a formação da receita orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Underwriters

Instituições financeiras altamente especializadas em operações de lançamento de ações e debêntures no mercado primário. Normalmente, são Bancos de Investimento.

Usura

Prática que consiste em cobrar taxas de juros superiores às habituais ou às permitidas por lei, por ocasião de um empréstimo.

Valor Nominal

É o valor da ação ou título. Também é chamado valor de face.

Valor Patrimonial

É o Ativo menos o Passivo de Terceiros, dividido pelos números de cotas ou ações.

Valor Venal

É o valor de mercado de um produto. Não é o valor real do produto, nem necessariamente incorpora seu custo de produção. É o valor com que pode ser comercializado – mais alto ou mais baixo, dependendo das circunstâncias do mercado

Venda à vista (recebimento)

Esta é a venda de um produto ou serviço que é pago mediante entrega. A documentação que acompanha a venda é a nota fiscal.

Volatilidade

Variações das cotações ou preços de um determinado ativo.

Zona Franca

Área de um país onde, por decisão dos governantes, são permitidas reduções alfandegárias e, freqüentemente, concedidos benefícios fiscais, por um certo período de tempo.